



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

**IRENE FONSECA DE CAMPOS PEREIRA**

**Análise das Demonstrações Contábeis - As principais dificuldades  
encontradas na Cooperativa de Crédito Unicred Centro Paraibana**

**CAMPINA GRANDE**

**2014**

**IRENE FONSECA DE CAMPOS PEREIRA**

**Análise das Demonstrações Contábeis - As principais dificuldades encontradas na Cooperativa de Crédito Unicred Centro Paraibana**

Monografia Apresentada à Universidade Estadual da Paraíba, junto ao departamento de Contabilidade, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. MSc. José Elinilton Cruz de Menezes

**CAMPINA GRANDE**

**2014**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA1 – UEPB

P436a Pereira, Irene Fonseca de Campos.

Análise das demonstrações contábeis – as principais dificuldades encontradas na cooperativa de crédito Unicred Centro Paraibana./ Irene Fonseca de Campos Pereira. – 2014.

69 f.:il.color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, 2014.

“Orientação: Profª. Ms. José Elinilton Cruz Menezes”.

1. Análise das demonstrações contábeis. 2. Crédito e dificuldades. 3. Unicred. I. Título.

21. ed. CDD 657.3

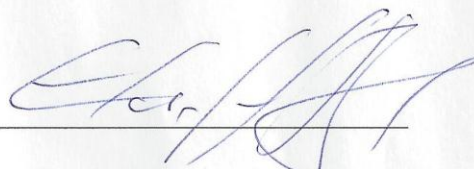
**IRENE FONSECA DE CAMPOS PEREIRA**

**Análise das Demonstrações Contábeis - As principais Dificuldades encontradas na Cooperativa de Crédito Unicred Centro Paraibana**

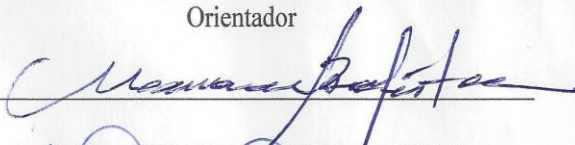
Esta Monografia foi apresentada como Trabalho Acadêmico Orientado de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, obtendo a nota (8,9) de (Oito virgula Nove), atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

Data de Aprovação: 27 de Fevereiro de 2014

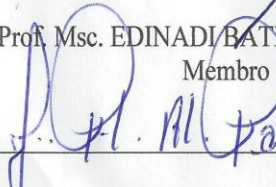
Professores que compuseram a banca:



Prof. MSc. JOSÉ ELINILTON CRUZ DE MENEZES  
Orientador



Prof. Msc. EDINADI BATISTA DA SILVA  
Membro



Prof. Msc. JOSÉ PERICLES ALVES PEREIRA  
Membro

**CAMPINA GRANDE**

**2014**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os que me apoiaram e que me incentivaram nos momentos mais difíceis, ao meu Pai que embora esteja longe de mim fisicamente foi e sempre será minha grande inspiração como Ser Humano e como um guerreiro nas lutas da vida, a minha Mãe que embora não possua nenhuma formação, sempre foi um exemplo de vida e de força.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter permitido mais essa conquista na minha vida, e por ter me dado força perante as adversidades da vida.

Aos meus Pais, por serem meus grandes exemplos de vida, por estarem ao lado em todos os momentos, pelos conselhos, pelos puxões de orelha quando eu precisei, pois sei que me tornaram uma pessoa melhor e mais responsável; e por acreditar nos meus sonhos e nunca me fazerem desistir deles.

Aos meus amigos, por estarem ao meu lado em todas as situações e me confortando quando mais precisei de colo, por me darem força e apoio para me reerguer perante os obstáculos que a vida me impôs.

Aos meus colegas de Faculdade, pelo companheirismo, pela amizade, pelas diversões proporcionadas, e por todas as experiências vividas nesses cinco anos de curso, e por terem deixado suas marcas em nossos corações, em especial agradeço a amizade e o apoio de Adherbal Frederico, Antônio Alves, Cleriston Breno e Erasmo Roberto, pois acredito que parte dessa conquista se deve a vocês.

Ao meu Orientador e Professor, Elinilton Menezes, pela disponibilidade de me orientar nesse trabalho, por me incentivar em todos os momentos do curso e por me fazer conquistar mais essa vitória.

## RESUMO

PEREIRA, Irene Fonseca de Campos, Análise das Demonstrações Contábeis - As principais dificuldades encontradas na Cooperativa de Crédito Unicred Centro Paraibana, \_\_\_páginas. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - Paraíba

As Instituições ao conceder crédito aos seus clientes estão assumindo naquele momento um risco, o risco da Inadimplência ou Risco de crédito, muitas das Instituições financeiras não possuem um sistema, ou mecanismos que possam avaliar o potencial dos seus clientes, a Serasa *Experian* em artigo publicado no dia 11/07/2012, mostra que houve um crescimento na inadimplência dos consumidores em 19,1% no primeiro semestre do ano comparado ao mesmo período do ano passado, dividindo esse indicador em miúdos, parte de sua composição, mas especificamente 22,1% do seu total representa endividamento bancário. Com a finalidade de conceder créditos mais condizentes com a necessidade e com o potencial de cada cliente, a fim de reduzir esses riscos e promover provisões mais seguras por parte das Instituições Financeiras, se faz necessário analisar, contabilizar e mensurar financeiramente a saúde da empresa antes da concessão do crédito. As Cooperativas de Crédito estão tomando mais espaço dentro da Sociedade Paraibana, uma vez que oferecem benefícios que “Bancos” não possuem, porém foi observado que há uma grande dificuldade na concessão de crédito para Pessoas Jurídicas, uma vez que os dados a serem analisados são mais complexos e necessita um maior estudo sobre os mesmos. O estudo aqui abordado tem o objetivo de apresentar quais as dificuldades que a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Unicred Centro Paraibana – encontra ao se deparar com a análise das Demonstrações Contábeis de uma PJ e quais as formas encontradas para resolver esse problema. O estudo é baseado em pesquisa descritiva, que procura caracterizar o conceito de análise das demonstrações contábeis, dada a sua importância para a concessão de crédito e, de caráter qualitativo, pois busca entender a Cooperativa em questão sobre a sua realidade a respeito da deficiência no sistema de análise de crédito, por meio de aplicação de questionário.

**Palavras-chave:** Análise das Demonstrações Contábeis, Crédito e Dificuldades.

## **ABSTRACT**

Institutions to grant credit to their customers are taking a risk at that time , the risk of Default or credit risk , many financial institutions have no system or mechanism that can assess the potential of their clients, in an article published Serasa Experian on 11/07/2012 , shows that there was an increase in consumer default in 19.1 % in the first half of the year compared to the same period last year , dividing this indicator kids, part of its composition , but specifically 22 , 1 % of its total bank debt represents . In order to grant more credits consistent with the need and the potential of each client in order to reduce these risks and promote safer by provisions of the Financial Institutions, it is necessary to examine, count and measure the financial health of the company before the granting of credit. The Credit Unions are taking more space inside the Paraibana Society , as they offer benefits that " banks" do not have , but it was observed that there is great difficulty in granting credit for Legal Entities , each time the data to be analyzed are more complex and require a larger study on the same. The study discussed here aims to present what difficulties the Credit Union Free Admission Associate Unicred Center Paraibana - finds when faced with the analysis of financial statements of a PJ and what forms found to solve this problem. The study is based on descriptive research that seeks to characterize the concept of analysis of financial statements, given its importance for lending and qualitative, it seeks to understand the Cooperative concerned about their reality regarding disability in credit analysis system, using a questionnaire

**Keywords:** Analysis of Financial, Credit and Difficulties Statements.



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 -</b>	Sexo.....	<b>47</b>
<b>Gráfico 2 -</b>	Faixa etária.....	<b>48</b>
<b>Gráfico 3 -</b>	Área de Formação.....	<b>48</b>
<b>Gráfico 4 -</b>	Qual é o seu cargo nesta cooperativa?.....	<b>49</b>
<b>Gráfico 5 -</b>	Há quanto tempo atua neste cargo juntando com empregos anteriores?	<b>50</b>
<b>Gráfico 6 -</b>	Há quanto tempo atua na Cooperativa?.....	<b>50</b>
<b>Gráfico 7 -</b>	Acredita ser importante a um atendente bancário ter noções de contabilidade?	<b>51</b>
<b>Gráfico 8 -</b>	Qual a dificuldade em diferenciar contas patrimoniais das de resultados?	<b>52</b>
<b>Gráfico 9 -</b>	Em relação às análises horizontais e verticais, você as conhece e utiliza-as?	<b>53</b>
<b>Gráfico 10 -</b>	Qual o nível de conhecimento dos indicadores de análise gerencial?	<b>53</b>
<b>Gráfico 11 -</b>	Quais índices você utiliza ao conceder um empréstimo/financiamento?	<b>54</b>
<b>Gráfico 12 -</b>	Você diferenciar Aval de Fiança?.....	<b>55</b>
<b>Gráfico 13 -</b>	Você acredita que os c's do crédito se tratam de uma excelente ferramenta e os pratica?	<b>55</b>
<b>Gráfico 14 -</b>	Qual a principal dificuldade encontrada na concessão do crédito a uma PJ, tomando por base os elementos contábeis já abordados?	<b>56</b>
<b>Gráfico 15 -</b>	Você acredita que as ferramentas contábeis quando bem utilizadas podem reduzir riscos da concessão e assim diminuir perdas?	<b>57</b>

**Gráfico 16 -** Que medidas a empresa deveria tomar para proteger-se de possíveis perdas ao conceder crédito a uma PJ? **58**

## LISTA DE SIGLAS

BP – Balanço Patrimonial

CCF – Cadastro de Cheques sem Fundo

CDB – Cédula de Depósito Bancário

CMN – Comissão Monetária Nacional

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa

DLPA – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRE – Demonstração de Resultado do Exercício

IBRACON - Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes

LC – Liquidez Corrente

LG – Liquidez Geral

LI – Liquidez Imediata

LS – Liquidez Seca

NPC - Normas e Procedimentos de Contabilidade

PMRE - Prazo Médio de Rotação dos Estoques

PMRV - Prazo Médio de Recebimento das Vendas

ROA – Retorno sobre o Ativo

ROE - *Rerturn on Equity* que significa Retorno do Capital Próprio

ROI – Retorno sobre o Investimento

S/A – Sociedade Anônima

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>18</b>
<b>1 Análise das Demonstrações Contábeis</b>	<b>19</b>
1.1 Origem e Evolução da Análise das Demonstrações Contábeis.....	19
1.2 Objetivos da Análise das Demonstrações Contábeis.....	21
1.3 As Demonstrações Contábeis segundo as normas vigentes.....	21
1.3.1 Balanço Patrimonial (BP).....	22
1.3.2 Demonstração de Resultado do Exercício.....	23
1.3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).....	24
1.3.4 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	25
1.4 As Técnicas da Análise das Demonstrações Contábeis.....	26
1.4.1 Análise Horizontal e Análise Vertical.....	26
1.4.1.1 Análise Horizontal.....	26
1.4.1.2 Análise Vertical.....	27
1.4.2 Análise através dos Índices.....	27
1.4.2.1 Indicadores de Estrutura de Capital.....	28
1.4.2.2 Indicadores de Liquidez.....	30
1.4.2.3 Indicadores de Rentabilidade.....	33
<b>CAPÍTULO II – ANÁLISE POR MEIO DE GARANTIAS</b>	<b>36</b>
<b>2 Análise por meio de garantias.....</b>	<b>37</b>

2.1	Garantias Pessoais.....	37
2.2	Garantias Reais.....	39
<b>CAPÍTULO III – CRÉDITO</b>		<b>41</b>
<b>3</b>	<b>Crédito.....</b>	<b>41</b>
3.1	Crédito: Conceito e Análise.....	42
3.2	Os C's do Crédito.....	43
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>46</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>		<b>60</b>
<b>ANEXOS.....</b>		<b>62</b>

## **Introdução**

Em virtude das diversas facilidades que o mercado financeiro vem trazendo, seja taxas de juros menores e prazos de financiamentos maiores, as instituições financeiras vivem em constante competitividade, e é em meio a esse mercado tão acirrado que as cooperativas de crédito tentam ocupar o seu espaço.

A análise das Demonstrações Contábeis é de extrema importância para concessão de crédito, em especial para Pessoas Jurídicas, uma vez que esses dados podem ser manipulados por seus contadores, como é o caso de empresas de grande porte que foram envolvidas em escândalos desse tipo, o caso da PARMALAT e da ENROW.

Serão abordados conceitos fundamentais sobre o que é uma análise das Demonstrações Contábeis, quais as ferramentas que a contabilidade oferece para realizá-la, as formas de garantia oferecidas como compromisso de quitação de dívida bem como conceitos indispensáveis sobre créditos e como analisar o perfil do cooperado através dos C's do crédito.

## Problema

As Cooperativas de Crédito para se tornarem competitivas no meio em que estão inseridas, buscam cada vez mais conhecer seus clientes, não olhando apenas para a quantidade dos mesmos e sim se aquele que possui tem potencial como investidor ou como tomador dos seus recursos financeiros.

Sabe-se que a taxa de juros praticada hoje no Brasil está diretamente ligada à capacidade que os clientes têm de honrar suas obrigações, uma vez que, não honrando seus compromissos a Instituição Financeira terá que provisionar possíveis prejuízos decorrentes dos mesmos, aumentando assim a taxa de juros. A contabilidade oferece diversas ferramentas de mensuração de riqueza e de endividamento, a fim de auxiliar as não só as Cooperativas de Crédito e sim como toda instituição que desta análise depender, a reduzir o risco de inadimplência e até mesmo oferecer um atendimento personalizado, com taxas menores de juros e não pensando apenas no crédito oferecido, mas como aquele financiamento ou investimento indicado poderá beneficiar a empresa em questão.

Em meio a tantos mecanismos de auxílio, levantam-se o seguinte questionamento:

- Quais as principais dificuldades encontradas pela Unicred Centro Paraibana na análise e utilização das Demonstrações contábeis?

## **Justificativa**

A análise das Demonstrações Contábeis desempenha um papel de suma importância para gestão das Empresas. Não há como negar a importância dos indicadores econômico-financeiros das empresas como elemento de análise do desempenho da mesma em determinado período de tempo. É até possível fazer projeções e estimativas sobre a evolução de empresas usando como base os elementos obtidos na análise dos números.

Às vezes pode acontecer dos indicadores econômico-financeiros não espelhar perfeitamente a situação da empresa e seu futuro, mas, sem dúvida informam com elementos numéricos os resultados e a situação alcançada pela mesma num determinado período de tempo. Tais elementos numéricos podem servir de base para análise de comparativos, como por exemplo, analisar o potencial dos concorrentes e assim poder aumentar a margem dos lucros e diminuir os riscos, já que o trabalho se trata do estudo e análises voltados a uma Instituição Financeira.

Este trabalho se justifica por demonstrar a importância da elaboração e análise das medidas econômico-financeiras como ferramentas que devem ser usadas para auxiliar à tomada de decisões.

Por se tratar de uma ferramenta de grande utilidade, a Análise das Demonstrações Contábeis precisa ser fortificada como instrumento de análise de crédito, uma vez que, fornece informações de grande serventia para mostrar a real situação econômico-financeira das empresas, tentando diminuir dessa forma o risco de crédito e os níveis de inadimplência.



## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

Verificar as principais dificuldades encontradas pela Unicred Centro Paraibana ao se deparar com as Demonstrações Contábeis e as suas formas de análise.

### **Objetivos Específicos**

- Mostrar como os índices e análises oferecidas por tal ferramenta poderá trazer informações úteis e indispensáveis para o bom conhecimento da empresa estudada;
- Expor os aspectos mais relevantes para formulação e concessão de crédito;
- Abordar os benefícios que o estudo financeiro poderá trazer para a Instituição Financeira e com isso diminuir os riscos de crédito.
- Explorar as principais dificuldades da análise dos dados pela Cooperativa de Crédito e propor alguma forma de saná-los.

## **Metodologia**

A metodologia adotada para atingir os objetivos estabelecidos encontra refúgio na fundamentação adotada por Cervo e Bervian (2002, p. 64) que diz que “a pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos. A pesquisa parte de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução”.

O trabalho tem como ponto inicial um estudo bibliográfico, onde foram obtidos através de pesquisas a trabalhos já publicados, como artigos, livros, textos obtidos pela internet e Legislação específica, com o intuito de formular os conceitos iniciais e dar alicerce ao trabalho.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. (SEVERINO, p. 122, 2007)

A pesquisa além de bibliográfica se trata também de uma pesquisa descritiva e exploratória. De acordo com Silva, Mary o estudo descritivo, expõe as características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada. No que diz respeito a pesquisa explicativa Cervo e Bervian (2002, p.20) afirmam que:

A pesquisa exploratória é um tipo de pesquisa mais complexa, pois além de registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes. A pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando a razão, o porquê das coisas e por esse motivo está mais sujeita a erros.

Foi realizado um estudo de caso na Cooperativa de Livre Admissão de Associados de Campina Grande – Uniced Centro Paraibana, localizada na cidade de Campina Grande-PB. A Cooperativa possui 49 funcionários, a amostra foi formada por um questionário contendo 18 perguntas relacionadas ao tema supracitado, sendo que foram distribuídos um total de 30 questionários, dos quais apenas 21 foram respondidos, os demais funcionários alegaram encontrarem-se sobrecarregados.

A abordagem do trabalho fez uso do aspecto quantitativo, caracterizada pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados e também pela preocupação com o comportamento geral dos acontecimentos, como afirma Beuren (2008, p. 92).

## **Organização do Trabalho**

O presente trabalho acadêmico, além de seus aspectos introdutórios (contextualização, objetivos, justificativa, problema e metodologia), têm sua fundamentação teórica estruturada em três capítulos: Análise das Demonstrações

Contábeis, Análise por meio de Garantias e os Principais conceitos sobre Crédito, além das considerações finais ao tema proposto.

O primeiro capítulo aborda a Análise das Demonstrações Contábeis, sua origem e evolução, as principais Demonstrações Contábeis, os índices de liquidez e endividamento e as formas de análise dessas demonstrações.

O segundo capítulo apresenta conceitos sobre a análise por meio de garantia, abordando de forma sintética e resumida as principais formas de garantias pessoais e reais.

O terceiro capítulo aborda conceitos fundamentais sobre crédito, mostrando o que é crédito e os C's do crédito uma importante ferramenta para análise subjetiva dos cooperados (clientes).

O trabalho contará com um quarto capítulo, nele serão abordados os dados da pesquisa, contendo gráficos com a análise dos questionários aplicados na Unicred Centro Paraibana.

Por fim são apresentadas as considerações finais, rebuscando as principais características abordadas ao longo do desenvolvimento do tema, dados os objetivos pretendidos.

# Capítulo 1

## ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

# **1 Análise das Demonstrações Contábeis**

---

## 1.1. Origem e Evolução da Análise das Demonstrações Contábeis

Braga explana de forma geral alguns conceitos importantes acerca da Análise das Demonstrações Contábeis, afirmando o seguinte:

Embora possa variar quanto a sua denominação – análise contábil, análise financeira, análise econômico-financeira, análise de balanços etc. – a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual, e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa. (BRAGA, Hugo Rocha. 2006 p. 137)

As informações que podem ser fornecidas por tal análise, serão mais eficientes quanto melhor for o conhecimento do analista a respeito da empresa estudada.

A análise das demonstrações contábeis teve seu desenvolvimento dentro do sistema bancário, sendo até hoje seu principal usuário, seu início deu-se no final do século passado com os banqueiros americanos, sendo estes os precursores de tal atividade; no Brasil até o início da década de 70, pouco se ouvia falar nessa ferramenta, muito embora a Lei nº 556 – Código Comercial Brasileiro – de 1850 já mencionava uma padronização (uniformização) de contabilidade e escrituração, apesar de não possuir normas para tal.

Seguindo o pensamento de Matarazzo (2007, p. 20) e Silva (2007, p. 11) segue um quadro cronológico mostrando o amadurecimento da análise das demonstrações contábeis, observando a evolução dos conceitos da escola norte-americana sobre esse assunto, já que essa gera bastante influência na escola brasileira, e a evolução de tal ferramenta dentro do Brasil.

<b>Evolução da Análise das Demonstrações Contábeis</b>			
<b>Estados Unidos</b>		<b>Brasil</b>	
<b>Fim do Sec. XIX</b>	Os Banqueiros americanos começaram a solicitar de seus clientes balanços para poder conceder empréstimos.	<b>1940</b>	Surge o Decreto-Lei nº 2.627, a primeira lei das S/A's, que mais tarde seria revogada pela 6.404/76, em que aborda algumas regras para avaliação de ativos e distribuição dos lucros.
<b>1985</b>	A ideia criou força através do Conselho Executivo da Associação dos Bancos no Estado de <i>New York (NYBA)</i> .	<b>1946</b>	Regulamentação pelo Conselho Federal de Contabilidade a profissão do contador e de técnico em Contabilidade, pelo Decreto 9.295.
<b>1900</b>	A <i>NYBA</i> cria formulário de proposta de crédito com espaço para o Balanço Patrimonial.	<b>1965</b>	Institui que o CMN deverá emitir normas quanto à organização do Balanço e das Demonstrações de Resultado relativas à empresas com ações negociadas em Bolsas.
<b>1913</b>	Depois de 13 anos solicitando balanços, foram desenvolvidas algumas noções de comparação com relação principalmente aos itens do Ativo e Passivo circulantes.	<b>1968</b>	Foi criada a SERASA, onde seriam centralizadas as análises de Balanços de bancos comerciais.
<b>1915</b>	A análise tornou-se praticamente obrigatória, sendo exigido pelo Banco Central dos Estados Unidos para redesconto de títulos.	<b>1976</b>	A lei 6.404, estabelece as principais práticas contábeis a serem seguidas.
<b>1918</b>	Criação de padronização para Balanços e Demonstração de Lucros e Prejuízos, pela <i>Federal Reserve Board</i> .	<b>1981</b>	O CFC aprova as Normas Brasileiras de Contabilidade T-1, constituindo os Princípios Fundamentais de Contabilidade.
<b>1919</b>	Alexander Wall mostrou a importância da utilização de índices para a análise de balanço e abordou também a necessidade de considerar outras relações além do Ativo e Passivo Circulante.	<b>1990</b>	A Resolução do CFC nº 686, traz conceitos, conteúdos e nomenclaturas das Demonstrações Contábeis, através da NBC T-3.
<b>1923</b>	James H. Biss recomenda a utilização de indicadores-padrão por segmento de atividade para tal análise.	<b>2005</b>	A Deliberação nº 488 da CVM aprova o Pronunciamento sobre a apresentação e a divulgação das Demonstrações Contábeis.
<b>1925</b>	Stephen Gilman propõe um modelo de análise que indicasse as variações ocorridas nos principais itens em relação a um ano-base (o que chamamos hoje de Análise Horizontal).		
<b>1930</b>	Surge na Cia. <i>DuPont</i> um modelo de análise de rentabilidade, que decompõe a taxa de retorno em taxas de margem de lucro e giro dos negócios.		
<b>1931</b>	Divulgação de Índices-padrão, não apenas nos Estados Unidos, mas em diversos países, incluindo o Brasil.		

Fonte: <sup>1</sup>MATARAZZO, Dante Carminie. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial.6.ed. São Paulo: Atlas,2008.

<sup>2</sup>SILVA, Alexandre Alcantara. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2007.

## 1.2. Objetivos da Análise das Demonstrações Contábeis

Além de ser uma ferramenta gerencial, auxiliando nas tomadas de decisões, é um modelo de análise econômico-financeira dos dados a fim de fornecer informações da situação financeira da empresa.

Esta análise tem como escopo verificar a evolução ou involução das situações financeiras e econômicas da entidade. Matarazzo (2002, p. 22) afirma que “a Análise de Balanços objetiva extrair informações das Demonstrações Financeiras para a tomada de decisões”. As Demonstrações Contábeis fornecem uma quantidade de dados relativos à empresa e através da Análise de Balanços é possível transformar estes dados em informações úteis aos usuários.

O objetivo dessa análise é poder mostrar a real situação da empresa, fazer uma análise completa dos dados contábeis a fim de estudar o desempenho econômico-financeiro dos períodos passados, diagnosticar e resolver problemas financeiros existentes e traçar tendências futuras.

Esse tipo de análise para diversos estudiosos podem ter outros objetivos, como explica Morante (2007, p. 2):

- a) Para a concessão de crédito;
- b) Para a concessão de empréstimos bancários;
- c) Para a concessão de financiamentos à longo prazo;
- d) Para assegurar-se de um novo emprego;
- e) Para fiscalização tributária;
- f) Para propiciar informações que conduzam a uma melhor gestão financeira.

Além de ser uma ferramenta gerencial, como se pode ver, trata-se de uma ferramenta bastante utilizada por Instituições Financeiras, a fim de reduzir o nível de inadimplência, e com o intuito de fornecer o melhor tipo de crédito para empresa.

## 1.3. As Demonstrações Contábeis segundo as normas vigentes

As Demonstrações Contábeis têm o objetivo de fornecer informações a todos os interessados, sejam fornecedores, clientes, acionistas, entre outros; informações essas sobre o patrimônio e os resultados da empresa, com a finalidade de verificar a real situação econômico-financeira da mesma.

De acordo com a Lei das S/A's e as Leis que a alteraram, a Lei 11.638/07 e a 11.941/09 as Demonstrações Contábeis apresentadas serão as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Resultado do Exercício
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

### 1.3.1 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial trata-se de um demonstrativo contábil de representação monetária, considerado como um demonstrativo estático, pois apresenta a situação contábil da empresa em um determinado período, normalmente no encerramento do exercício social, que geralmente corresponde ao término do ano civil, ou seja, 31 de dezembro de cada ano; mas nada impede de fazer o Balanço Patrimonial em outras datas, mas geralmente faz-se o balanço no encerramento do exercício e o balancete de verificação quando necessário.

Robert N. Anthony apud Matarazzo (2008, p. 42), afirma que o Balanço mostra:

- As fontes de onde provieram os recursos utilizados para a empresa operar;
- os bens e direitos em que esses recursos se encontram investidos.

Tais recursos podem ser próprios, que serão elencados no Patrimônio Líquido, ou pode ser de terceiros, elencadas no Passivo. Os bens e direitos estarão elencadas no Ativo.

Conforme a Lei das S/A's 6.404/76 e as Leis 11.638/07 e 11.941/09 afirmam em seu artigo 178º: “No Balanço, as contas serão classificadas segundo do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da Companhia”.

No Ativo, as contas serão classificadas em ordem decrescente de grau de liquidez, ou seja, serão dispostas segundo a conversibilidade em numerário (dinheiro), onde as contas que possam ser transformadas mais rapidamente em dinheiro ocupam as primeiras posições no Plano de Contas do Ativo.

A Lei 11.941/09 dispõe o Ativo da seguinte forma:



### 1. Ativo

1.1. Ativo Circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

1.2. Ativo Não Circulante: composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

No Passivo as contas serão classificadas conforme ordem decrescente de exigibilidade, ou seja, aquilo que tem que se pagar de acordo com os prazos de vencimentos.

As contas do Passivo serão classificadas conforme os grupos da seguinte forma, segundo a Lei 11.941/09:

### 2. Passivo

2.1. Passivo Circulante: as obrigações conhecidas ou calculadas e os encargos estimados, cujos prazos estejam estimados no curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e dos Balanços Patrimoniais (COSIF).

2.2. Passivo Não Circulante: Composto por Passivo Exigível a Longo Prazo e Resultado de Exercícios Futuros (COSIF).

3. Patrimônio Líquido: dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

No anexo 1 segue a estrutura que a Lei 6.404/76 propõe, já com as alterações realizadas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

### 1.3.2. Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração de Resultado do Exercício mostra toda a movimentação da empresa durante o exercício social, sendo considerada assim, uma demonstração dinâmica.

Matarazzo conceitua a DRE da seguinte forma:

É uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa. As receitas representam normalmente aumento no Ativo, através de ingresso de novos elementos, como duplicatas a receber ou dinheiro proveniente das transações. Aumentando o Ativo, Aumenta o Patrimônio Líquido. As despesas representam redução do Patrimônio Líquido, através de um entre dois caminhos possíveis: redução do Ativo ou aumento do Passivo Exigível (2008, p. 45).

A Demonstração de Resultado do Exercício trata-se de um demonstrativo que mostra a realidade econômica e não financeira, uma vez que, pode-se ter uma receita sem necessariamente ter havido entrada de dinheiro, ou ter uma despesa sem o desembolso.

No anexo 2 encontra-se a estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que a Lei 6.404/76 com as alterações devidas.

### 1.3.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Braga afirma que o objetivo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido “é facilitar a análise das modificações ocorridas nos componentes do Patrimônio Líquido, durante determinado período, geralmente o exercício social”. A DMPL é facultativa segundo a Lei 6.404/76, porém a Instrução CVM nº 59 de 22 de dezembro de 1986 torna obrigatória a elaboração para empresas de capital aberto, e por se tratar de uma ferramenta mais complexa, ou mais rica em informações, quando se diz respeito à variação do Patrimônio Líquido, substitui assim a necessidade de se fazer a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), uma vez que essa conforme o artigo 186º, parágrafo 2º da Lei 6.404/76 pode ser incluída nesta demonstração, se elaborada e publicada pela companhia.

Matarazzo afirma a necessidade da existência de dois Balanços, para que se possa mostrar a variação ocorrida entre todas as contas do Patrimônio Líquido, aborda também que tais variações podem ser decorrentes de diversos fatores, como exemplo cita: correções monetárias, aumento do capital, reavaliação dos Ativos, de lucros ou de simples transferências entre contas.

Conforme ainda a Instrução da CVM de nº 59 em seu artigo 2º, elenca alguns itens que a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deverá contemplar no mínimo são os seguintes:

- Descrição das Mutações;
- Capital realizado atualizado;
- Reservas de Capital;
- Reservas de Reavaliação;
- Reservas de Lucros;
- Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Ações em Tesouraria;
- Total do Patrimônio Líquido.

O anexo 3 encontra-se a estrutura sugerida para a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido estruturada conforme Instrução da CVM nº 59/86 com algumas alterações abordadas na Lei 6.404/76.

#### 1.3.4. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa mostra todas as entradas e saídas de numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e equivalências de caixa, que segundo o CPC 03 (p. 4) aborda como sendo equivalência de caixa aplicações financeiras com alto grau de liquidez, que sejam de curto prazo – conforme a Resolução da CMN nº 3.604/08 no Art. 3º o prazo de vencimento tem que ser igual ou inferior a noventa dias – que não possuam risco de alteração de valor, ou que esse risco seja insignificante, e que sejam prontamente conversíveis em caixa.

Segundo a Resolução da CMN 3.604/08, em seu Art. 1º afirma que: “As Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem elaborar e publicar a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), a partir da data-base de 31 de dezembro de 2008”; aborda também que as Cooperativas de Crédito, os microempreendedores e as empresas de pequeno porte estão dispensados da elaboração da DFC, desde que seu Patrimônio não seja superior à R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Segundo (CPC 03, p. 08), a DFC pode ser elaborada de duas formas: A DFC pelo método direto, que demonstra o fluxo de caixa das atividades de forma bruta, onde são divulgados os recebimentos e os desembolsos brutos, ou DFC pelo método indireto, é feita através do ajuste do lucro ou prejuízo em decorrência dos efeitos que não envolvem diretamente o caixa, como por exemplo: depreciações, provisões, variação ocorridas nos estoques, nas contas a receber e a pagar, bem como todos os outros itens referentes a receitas e despesas de financiamentos e investimentos.

O método indireto é geralmente mais utilizado e, os valores são obtidos com facilidade tomando como base a última Demonstração de Resultado do Exercício e os dois últimos Balanços Patrimoniais.

De acordo com as Normas e Procedimentos de Contabilidade – NPC 20, segue como anexo de número 4 os modelos propostos para a Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (Ibracon).

## 1.4. As Técnicas da Análise das Demonstrações Contábeis

### 1.4.1. Análise Horizontal e Análise Vertical

Apesar de se tratar de uma análise simples, as análises horizontais e verticais podem mostrar as variações mais importantes nas contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado. O ideal é realizar as análises em conjunto, pois assim, têm-se mais subsídios para uma melhor interpretação dos dados, e melhores níveis de informações fornecidas.

“Analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam para melhor interpretação de seus componentes” (FRANCO, 1992, p. 93 e 97 op.cit. SILVA, 2007, p. 90), isso mostra que o mais adequado para se fazer tal análise, é resumir o máximo possível as contas.

#### 1.4.1.1. Análise Horizontal

A Análise Horizontal propõe mostrar a evolução de cada conta ao longo dos anos, tomando como base a mesma conta em períodos anteriores.

Essa análise mostra a evolução ou declínio de cada conta pertencente tanto ao Balanço Patrimonial como as das contas pertencentes à Demonstração de Resultado em determinado período, o valor base vai variar de acordo com o critério do analista, conforme Silva, Cleônidas (2005, p. 121) a análise feita com base em no mínimo três Balanços Patrimoniais, propicia resultados mais satisfatórios, podendo se evitar conclusões precipitadas.

Conforme Silva (1998, p. 212 apud REGIS, Tiago, monografia, 2007), essa análise é chamada de Análise Horizontal por dois motivos básicos:

- estabelece o primeiro ano ou o ano-base para a análise e a partir deste verifica qual foi a evolução nos anos seguintes;
- preocupa-se com o crescimento ou decréscimo de itens ou conjunto de itens específicos, ou seja, não compara um item com outro no mesmo período e sim o mesmo item a cada período.

Pode-se concluir que a Análise Horizontal tem o objetivo de expor o caminho percorrido pela empresa, bem como as possíveis tendências da mesma.

#### 1.4.1.2. Análise Vertical

Na Análise Vertical o ponto referencial não irá mais ser a mesma conta em diferentes períodos, como acontece na Análise Horizontal, a valor referencial será o conjunto das contas a qual pertence, de acordo com Silva, Alcântara (2007, p. 91), se tornando assim uma ferramenta mais versátil e mais útil, em determinados momentos, do que a análise horizontal (Cleônimo e Sildney, 2007, p. 153). Os dados utilizados para tal análise é de apenas um exercício social, todavia não se pode deixar de lado a ideia de que quanto maior o número de exercícios sociais possíveis, melhores serão os resultados obtidos.

Essa análise tem a função de observar a destinação dos recursos próprios ou de terceiros que são colocados a disposição da empresa.

Sabe-se que a análise vertical realizada no Balanço Patrimonial a conta base será o total do Ativo/Passivo, ou o total do conjunto das contas que esta está inserida, no caso das Demonstrações de Resultado, Cleônimo dos Santos e Sidney Ferreo (2005, p. 126), alertam que “alguns autores utilizam como valor de referência a receita operacional bruta, mas esses autores são minoria”, a grande maioria dos autores defende como valor de referência a receita líquida.

Pode-se concluir que a utilidade de se fazer a análise vertical, vai além da idéia de verificar o desempenho dos itens, bem como as áreas de problemas, mas tem a finalidade também de descobrir as verdadeiras razões para as correções que se fizerem necessárias, bem como identificar no que essas variações podem interferir nas decisões a serem tomadas pela empresa.

#### 1.4.2. Análise através dos Índices

A apuração dos indicadores ou quocientes fornece uma ampla visão da situação econômico-financeira de uma empresa, segundo Silva (2007, p. 98) esses indicadores estabelecem que “a análise deve ser realizada através da construção de série histórica com os números encontrados, os quais são apurados através da relação entre contas e grupos de contas que integram as demonstrações contábeis”.

A análise por meio de indicadores deve ser utilizada conjuntamente com a análise horizontal e vertical, e o mesmo deverá ser comparado com empresas do mesmo

ramo (caso de análise gerencial), para poder fornecer informações melhores avaliadas e com maior utilidade para a empresa.

Não é exigido um número mínimo de indicadores para se fazer uma boa análise, isso irá depender da necessidade do usuário/consumidor da informação. O mesmo acontece com a periodicidade do cálculo desses índices, Iudícibus (2009, p. 93) afirma o seguinte:

A periodicidade da análise depende dos objetivos que se pretenda alcançar. Tratando-se de análise para finalidades externas, basicamente um cálculo anual ou semestral é suficiente. Para a análise gerencial interna, alguns índices merecerão acompanhamento mensal, outros até de intervalos mais curtos, dependendo de quão crítico seja o índice como um dos sinais de alarme do sistema de informação contábil-financeiro.

Por ser uma prática utilizada para se verificar a situação econômico-financeira da empresa, esta ferramenta se transformou em uma importante ferramenta para se calcular o nível de insolvência de uma empresa.

#### 1.4.2.1. Indicadores de Estrutura de Capital

Esses indicadores têm a finalidade de mostrar o montante de recursos de terceiros que está sendo usado para a obtenção lucros. Segundo Iudícibus (2009, p.97) são quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação à capital de terceiros, é por meio desses índices que avaliamos o nível de endividamento da empresa.

Quanto maior a participação de capitais de terceiros nos negócios da empresa, maior será o risco a que eles (terceiros) estão expostos, pois quanto maior o endividamento maior será a possibilidade de não honrar suas obrigações perante terceiros.

A seguir estão tratados os principais índices de estrutura de capitais.

- a) **Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais** – Esse índice mostra a relação percentual entre os recursos de terceiros e os recursos próprios aplicados na empresa (Silva, 2001). É dado pela seguinte fórmula:

$$\text{Participação de Cap. de Terceiros sobre Recursos Totais} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Exigível Total} + \text{PL}}$$

Onde o Exigível Total será composto pelo Passivo Circulante mais o Passivo não Circulante.

Esse índice mostra o percentual de uso de recursos de terceiros em relação aos recursos ao total dos recursos sejam próprios ou de terceiros, é do tipo quanto maior pior.

- b) **Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Próprios** – esse quociente segundo Iudícibus (2009, p.99) é um dos mais utilizados para retratar o posicionamento da empresa com relação a capitais de terceiros, e diz também que em sua grande maioria, as empresas que possuem durante um período relativamente longo, altos quocientes de capitais de terceiros/capitais próprios vão à falência, não significando assim que todas as empresas que apresentam esse sintoma irão à falência, e sim que todas as que foram à falência apresentavam tais sintomas. É dada pela seguinte fórmula:

$$\text{Capital de terceiros sobre Recursos Próprios} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Esse índice mostra a participação de recursos de terceiros com relação ao capital próprio, é do tipo quanto maior pior. E esse índice deve ser cuidadosamente analisado, e antes de captar recursos de terceiros um estudo deverá ser elaborado, para ser analisada qual a melhor alternativa para a empresa. Notas:

- c) **Participação de Dívidas de Curto Prazo sobre o Endividamento Total** – Representa a composição do endividamento Total ou qual a parcela que se vence a Curto Prazo, no Endividamento Total. Iudícibus (2009, p.99), aconselha que as empresas devam evitar financiamentos para expansão com empréstimos a curto prazo, optando assim por financiamentos a longo prazo, onde essa irá adquirindo mais capacidade operacional, e que tenha capacidade de amortizar suas dívidas. É dada pela seguinte fórmula:

$$\text{Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$$

Esse índice é do tipo quanto maior pior. É importante ressaltar que se faz necessário analisar a evolução desses índices ao longo do tempo e seus efeitos sobre a rentabilidade da empresa, Iudícibus afirma que irá chegar a um ponto que quando a empresa está com alto grau de endividamentos, realizarem financiamentos ou empréstimos não será mais vantajoso, uma vez que ao analisar o risco de endividamento da empresa, irá aumentar o risco de aplicação de capital, aumentando assim as taxas de juros. Isso não ocorre somente no ramo empresarial.

- d) Endividamento Total – Mede a proporção dos ativos totais financiados por terceiros (a curto e a longo prazo). É dada pela seguinte fórmula:

$$\text{Endividamento Total} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Ativo Total}}$$

Esse índice procura indicar a proporção do ativo total financiada pelos recursos provenientes de terceiros, Neves e Viceconti (2007, p. 436) informam algumas observações a serem levadas em consideração:

Se o grau de endividamento for **igual a um**, a empresa estaria operando em estado de pré – insolvência (situação nula)

Se o grau for **maior que um**, a empresa seria insolvente, ou seja, estaria em estado de passivo a descoberto.

Esse índice é do tipo quanto maior pior, o melhor seria ele próximo a zero.

#### 1.4.2.2. Indicadores de Liquidez

Neves e Vicenconti (2007, p. 438), relatam que o objetivo desse indicador é analisar a capacidade financeira da empresa para satisfazer compromissos de pagamentos com terceiros. Os dados para obtenção desses índices são retirados exclusivamente do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado, sendo necessário assim, sempre estarem atualizados, para uma melhor análise de tais índices. A confusão feita por alguns entre liquidez e capacidade de pagamento foi esclarecida apropriadamente por Matarazzo (2003, p.163-164 apud Silva, 2007, p.105) ao comentar que:



Muitas pessoas confundem índices de liquidez com índices de capacidade de pagamento. Os índices de liquidez não são índices extraídos do fluxo de caixa que comparam as entradas com as saídas de dinheiro. São índices que, a partir do confronto dos Ativos Circulantes com as Dívidas, procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas etc.

Atualmente são utilizados quatro índices de Liquidez, e é aconselhável que para se ter um correto estudo da liquidez, se faz necessário realizar o estudo dos índices de forma simultânea, esses índices serão abordados em seguida.

a) Liquidez Imediata, Absoluta ou Instantânea (LI)

Esse índice apesar de ser importante, não é muito utilizado pelas empresas, visto que muitas delas mantêm poucos valores disponíveis em Caixa, Banco, Aplicações Financeiras e, em contrapartida, as dívidas da mesma podem ter vencimento de até 360 dias (Silva, 2007, p. 106). A obtenção desse índice é dada pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Esse índice é do tipo quanto maior melhor, e mostra quanto à empresa possui em disponibilidades para cobrir suas obrigações em curto prazo.

b) Liquidez Geral ou Total (LG)

Através desse índice é possível analisar toda a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo que é conversível em dinheiro (curto e longo prazo), relacionando-se com tudo que já assumiu de dívidas (a curto e longo prazo). É dada através da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

É do tipo quanto maior melhor, e representa a capacidade da empresa em honrar suas obrigações a curto e longo prazo.

### c) Liquidez Corrente ou Comum (LC)

Esse índice mede quanto a empresa possui em bens e direitos realizáveis a curto prazo, comparando com suas obrigações a serem pagas no mesmo período. Seu resultado é obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Marion (2002, p. 84, apud Silva, 2007, p.108) relaciona alguns aspectos restritivos a serem considerados quando da análise do índice de liquidez corrente:

- O índice não revela a qualidade dos itens do Ativo Circulante;
- O índice não revela se os recebimentos ocorrerão em tempo hábil para pagar as dívidas que estão para se vencer;
- O índice pode estar distorcido em razão dos critérios para avaliação dos estoques.

Com relação ao que Marion abordou, pode-se concluir que este índice tende a ser mais preciso quando a existência de um equilíbrio entre os índices que apuram o Prazo Médio de Rotação dos Estoques (PMRE) e o Prazo Médio de Recebimento das Vendas (PMRV). Esse índice é do tipo quanto maior melhor, mas deve-se ter cuidado para levar em consideração os pontos abordados acima.

### d) Liquidez Seca

Possui uma similaridade com o índice de Liquidez Corrente, sendo muito útil para mostrar a capacidade de pagamento da empresa quando esta possui uma rotação de estoques muito baixa, podendo refletir em uma má gestão sobre o volume de compras de material para revenda ou industrialização. É considerado o Quociente Absoluto de Liquidez. É dado através da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$$

Com relação aos Estoques, ROSS, WESTERFIELD, JORDAN (2002, p.82 apud Silva, 2007, p. 109) fazem importantes considerações:

[...] geralmente é o item menos líquido do ativo circulante. Também é o item para o qual o valor contábil é menos confiável como medida de valor de mercado, uma vez que as condições do estoque não são consideradas. Parte do estoque pode ter estragado, tornado obsoleta ou perdida.

Mostrando assim, que estoques geralmente grandes podem representar problemas a curto prazo, um empresário pode ter superestimado as vendas, e por conta disso possuir um estoque alto, isso não significa que se incluindo-o seja um índice de liquidez absoluta, pois esse estoque pode ter um giro muito lento.

#### 1.4.2.3. Indicadores de Rentabilidade

Esses indicadores vêm mostrar o rendimento da empresa em determinado período, ou seja, é através desses índices que podem se observar se a empresa é capaz de gerar lucro suficiente para remunerar seus ativos e ainda honrar os financiamentos.

É possível avaliar o desempenho global de um empreendimento através do estudo das taxas de retorno. Esta análise busca a identificação do retorno sobre o investimento total, o retorno sobre as vendas e o retorno sobre o capital próprio, portanto, uma avaliação não apenas da produtividade, mas, sobretudo, da lucratividade do negócio. (SILVA, 2007, p. 113)

Sendo assim os índices de rentabilidade objetivam avaliar o desempenho final da empresa. São quatro os índices principais, que serão abordados nesse trabalho.

##### a) Rentabilidade do Patrimônio Líquido ou Retorno do Capital Próprio (ROE)

Também denominada de Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE – *Return on Equity*), este indicador apresenta o retorno que os acionistas ou quotistas da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, ficando patente o prêmio do investidor ou proprietário pelo risco de seu empreendimento quando a taxa obtida é superior à taxa média de juros do mercado (Silva, 2007, p.115), podendo essa taxa ser comparada com outros rendimentos de mercado, como Caderneta de Poupança, CDBs, Fundos de Investimentos etc., mostrando assim se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções. Essa taxa é fornecida através da seguinte fórmula:

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio ou Total}} * 100$$

Esse indicador é do tipo quanto maior melhor. O cálculo do Patrimônio Líquido Médio é obtido somando o total do Patrimônio Líquido atual com o do ano anterior, dividido por dois. Indica quanto à empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de Capital Próprio investido.

#### b) Margem Líquida

Também conhecido como Retorno sobre as Vendas, este índice compara o Lucro Líquido em relação às Vendas Líquidas do período, apresentando o percentual da Lucratividade gerada. (Silva, 2007. P. 114) Muitos fatores podem influenciar no valor desse índice, seja rotatividade dos estoques, custo da produção, o ramo da atividade o mercado em que está inserida, entre outras variantes. É obtida através da seguinte fórmula:

$$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas (Receita Líquida)}} * 100$$

Este índice é do tipo quanto maior melhor, reflete o ganho líquido da empresa em cada unidade de venda.

#### c) Rentabilidade ou Retorno do Ativo (ROA ou ROI)

Também é conhecido como Taxa de Retorno sobre Investimentos, este índice é considerado como um dos quocientes individuais mais importantes da análise de balanços, ele mostra o desempenho da empresa de uma forma global. Têm por objetivo medir a eficiência na geração de lucros com seus investimentos totais. Não havendo variações significativas nos saldos do Ativo, o analista poderá optar por mediar a relação direta entre o Lucro Líquido do Exercício e o saldo do Ativo, caso, a variação seja acentuada, utiliza-se o Ativo Médio, que é obtido pela soma do Ativo Total do ano anterior com o Ativo Total do ano em curso, dividido por dois. (Silva, 2007, p. 115). É dado pela seguinte fórmula:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total ou Ativo Médio}} * 100$$

É do tipo quanto maior melhor. Segundo Silva (2001 apud MAEDA, 2010, p.28) este índice é importante para mensurar os investimentos realizados tanto por capitais próprios quanto de terceiros, visto que sua base é representada pelas aplicações totais na empresa.

d) Giro do Ativo

Este indicador estabelece a relação entre vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa, divulgando o nível de eficiência com que são utilizados os recursos aplicados, ou seja, a produtividade dos investimentos totais (ativo total). (Silva, 2007, p. 113). É dado através da seguinte fórmula:

$$\text{Giro do Ativo} = \frac{\text{Vendas Líquidas (ou Receita Líquida)}}{\text{Ativo total ou Ativo Médio}}$$

É do tipo quanto maior melhor. Segundo Silva (2007) o analista deve ter muito cuidado com reavaliação dos ativos, e quando houver uma variação grande no valor do ativo de um ano para outro, deve-se utilizar o valor do Ativo Médio, para se evitar distorções muito grandes nos valores do quociente.

# Capítulo 2

## ANÁLISE POR MEIO DE GARANTIAS

---

## **2 ANÁLISE POR MEIO DE GARANTIAS**

---

As garantias têm por objetivo reforçar a segurança das operações de crédito, servindo como promessa de pagamento da mesma. Elas deverão ser analisadas juntamente com o cadastro, é imprescindível adequar as garantias às operações de crédito, não servindo somente como fonte de pagamento e sim verificando se o crédito será concedido a um “bom cliente”.

Professor Jackson em arquivo disponibilizado na internet pelo endereço [www.fag.edu.br/Jackson](http://www.fag.edu.br/Jackson), (Contabilidade básica- Análise de crédito) cita um fato que mostra a importância de uma análise não somente da garantia, como também do cadastro do cliente: Um cliente solicita um financiamento de um veículo e dá como entrada 50% do valor do bem, porém o mesmo apresenta restrições cadastrais, como cinco cheques sem fundo (CCF); declarou uma renda de R\$ 5.000,00 sendo que tem como fonte trabalho autônomo. Depois de alguns meses o cliente sofre um acidente e tem perda total do veículo e o mesmo não era segurado. Em resumo a operação já foi lançada em prejuízo para a Instituição que concedeu o crédito, já que a garantia não mais existe, não havendo a possibilidade de apreender o bem nem leiloá-lo para recuperar o prejuízo.

Com relação às garantias, elas podem ser de dois tipos: Pessoais ou Reais.

### **2.1 Garantias Pessoais**

No caso das garantias pessoais o credor deverá se contentar com a promessa de pagamento do seu devedor ou do garantidor – que nesse caso é alguém que junto com o devedor dá como garantia o seu patrimônio presente e futuro. Pereira, Silva (2006, p. 324) afirma que nas garantias pessoais não há a correspondência dívida-bem, como existe nas garantias reais, podendo assim abranger todo o patrimônio do devedor e do garantidor, a primeira vista pode parecer bem mais vantajoso do que operações com garantias reais, porém não é, pois nos casos de insolvência o credor assume a classificação de quirografário, ou seja, como ele não possui qualquer tipo de garantia, o

mesmo se torna o último tipo de credor na ordem de pagamento. Existem dois tipos de garantias pessoais, O aval e a fiança.

### Aval

O aval consiste em garantia pessoal específica dos títulos cambiais, anteriormente regulada pelo Código Comercial e agora disciplinada pela lei 10.406/02 no art. 897 e demais legislações especiais inerentes ao regramento de títulos de crédito.

O aval é uma garantia pessoal onde o avalista assume solidariamente pela liquidação da dívida caso o obrigado não venha a cumprir, o mesmo deve ser aceito desde que se possa constatar a sua capacidade econômica e financeira e sua idoneidade moral, além da capacidade jurídica (se é maior de idade ou se não está interdito). Uma operação pode ter mais de um avalista e cabe ao credor escolher qualquer um dos avalistas para cobrar a dívida, inclusive sem precisar cobrar do devedor principal.

No tocante a assinatura do cônjuge para concessão do aval, reza o inciso III do art. 1647 do Novo Código Civil que o avalista casado, excetuado o regime de separação total de bens, não poderá fazê-lo sem o consentimento do cônjuge. Ocorre que referido dispositivo por regular relações civis relativiza-se nas relações comerciais onde basta a simples assinatura do cônjuge no título de crédito, para seja evidenciado o consentimento do aval, dispensando-se a outorga conjugal. A ausência de assinatura não invalida o ato, apenas ressalva os bens do cônjuge que não assinou.

### Fiança

A fiança é instituto do Direito Civil de natureza contratual e conceitua-se como garantia pessoal prestada por determinada pessoa pelo qual esta garante o pagamento ao credor por obrigação não paga pelo devedor principal.

O instituto da fiança encontra-se regulado a partir do art. 818 do Código Civil. Sua instituição depende de forma prescrita em lei, neste sentido, devem ser observadas as formalidades para sua instituição e validade. Neste sentido, a fiança necessariamente será por escrito não admitindo-se que dela se extraia interpretação extensiva.

No caso da fiança, o fiador é o principal responsável pelo pagamento da obrigação assumida pelo afiançado, caso este não venha a cumpri-la. Nesse tipo de garantia é denominada como “benefício da ordem” onde para o pagamento da operação



deverá se contatar primeiro e diretamente o devedor e posteriormente o fiador, salvo se este renunciar o benefício. A fiança é uma garantia contratual e não cambial o que significa que é uma garantia sempre dada em contratos.

## 2.2 Garantias Reais

Nas garantias reais o devedor além da promessa de pagamento confere ao credor como garantia uma coisa ou um conjunto de coisas sejam elas móveis ou imóveis, ou seja, são bens ou direitos dados como garantia de obrigações relativas à operação de crédito. A escolha do tipo de garantia deve estar de acordo com a operação de crédito, como tipo de operação, valor, prazo entre outras variáveis. As garantias reais podem ser do tipo: Alienação Fiduciária, Anticrese, Hipoteca ou Penhor.

### Alienação Fiduciária

Consiste na transferência da propriedade do bem para o credor até quando durar a obrigação de pagamento da operação, ou seja, o bem pertence ao credor, ficando o devedor impedido de vender ou negociar o bem, até a quitação da dívida, podendo este no caso do descumprimento da obrigação ser acionado judicialmente com uma ação de busca e apreensão do bem em questão.

### Anticrese

Na anticrese a garantia é sobre bens imóveis, onde a posse do mesmo é dada como garantia ao credor, o qual fica com rendimentos do imóvel até que a dívida seja paga. Pereira (2006, pg328) afirma que esse tipo de garantia:

Difere do penhor em razão de recair sobre a coisa imóvel. Entretanto, enquanto o credor pignoratício pode promover a venda judicial, na anticrese pode apenas reter o bem. Diferencia-se da hipoteca basicamente em função de o devedor hipotecário permanecer com a posse do bem, enquanto na anticrese há a entrega do bem ao credor. O credor anticrético pode ser ao mesmo tempo credor hipotecário, uma vez que a lei permite a combinação de suas garantias reais.

Esse tipo de garantia é pouco utilizado, além de o credor ser responsável por produzir os rendimentos do bem, o bem dado como anticrese pode ser hipotecado, se tornando raro quando o credor aceita a hipoteca do bem já registrado por anticrese. A anticrese se encerra com a quitação da dívida, com a caducidade do bem ou pelo fim do prazo estipulado ou atingido o prazo máximo de quinze anos.

### Hipoteca

Trata-se de uma garantia real sobre bens imóveis, embarcações ou aeronaves, com o objetivo de assegurar o pagamento da dívida, porém a posse do bem não é transferida para o credor, ou seja, permanece com o devedor, porém no caso de venda judicial o credor tem a preferência sobre o bem hipotecado. De acordo com Pereira (2006, pg. 328) a hipoteca deve ser registrada em cartório de imóveis, com a finalidade de implantar o gravame – a transferência do bem fica impossibilitada sem a baixa do gravame – e possibilitar o conhecimento aos interessados de que o imóvel está hipotecado.

### Penhor

O Penhor é um tipo de garantia real que recai sobre bens móveis, corpóreos ou incorpóreos, cuja posse do bem é transferida para o credor, que pode efetuar a venda judicial do bem para liquidar o débito, do qual o penhor é acessório, conforme Sousa (2006, pg.144). O bem deve estar descrito em contrato formalizado de forma escrita, porém não precisa ser registrado em cartório.

A maior desvantagem do penhor está ligada ao valor dos bens que são entregues por garantia: depreciação, obsolescência, transporte e até mesmo de encontrar compradores para o bem.

# Capítulo 3

## CRÉDITO

---

### 3 CRÉDITO

---

Na atualidade poucas são as empresas que compram seus produtos ou serviços á vista, principalmente quando se trata de operações de altos valores. As Instituições Financeiras tiram a maior parte dos seus lucros a partir de tais operações de crédito, se tornando uma ferramenta essencial de expansão econômica e financeira dentro da mesma, fundamental para a sobrevivência de tais instituições no mercado.

#### 3.1. Crédito: Conceito e Análise

O conceito de crédito surge da necessidade de adquirir bens e serviços para pagamento futuro, segundo ZDANOWICZ, Eduardo (2010, pg. 153), a palavra crédito vem a partir de uma expressão latina *Credere*, que significa confiar, acreditar; e essa é a base do crédito, emprestar a prazo na “confiança” de recebimento futuro. A concessão de crédito merece atenção e deve ser analisada minuciosamente, pois a concessão de forma equivocada pode gerar altos provisionamentos, impedindo a instituição de realizar negócios futuros.

A análise de crédito deve começar a priori a partir dos documentos de constituição da instituição solicitante do crédito, seja Contrato Social, Estatuto Social ou Ata de Assembleia e suas devidas alterações, é de fundamental importância esses documentos, pois são neles que constam quem é responsável pela empresa e qual as participações dos demais sócios, o ramo da atividade, bem como a constituição de seu capital; incluindo os dados contábeis de no mínimo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício atualizado e de períodos anteriores, para que possa ser feita e analisada a evolução das contas contábeis, podendo assim disponibilizar índices de liquidez, endividamento e de retorno mais confiáveis. É de fundamental importância também o cadastro completo dos responsáveis pela empresa, bem como rendimento, documentos pessoais e comprovante de residência, porque tais análises subsidiam informações e cálculos da capacidade de pagamento, tudo com o objetivo de que o crédito seja o mais seguro possível, para que se tenha confiança quanto ao seu retorno.

A Área de Cobrança deve ter ligação direta com a Área de Crédito, devido à mesma possuir informações de liquidez e inadimplência [...] No momento que os gerentes da Área Comercial passam a interagir com a Área de Crédito e olhar à mesma como uma área de geração de resultados e não somente de negócios, a sintonia do setor de cadastro e a concessão de limite de crédito resultam no sucesso da operação, bem como também na saúde financeira. (ZDANOWICZ, Eduardo; pg. 156, 2010)

O autor do texto acima mostra a importância da interação dos setores para que o crédito fornecido seja condizente com a necessidade e o perfil do cliente bem como os recursos disponíveis da instituição. Cada setor deve ser bem estruturado, buscando ao máximo manter as informações atualizadas e disponíveis para os outros setores para que a partir daí possa ser feito um estudo da situação econômica e financeira do cliente.

### 3.2. Os C's do Crédito

Embora cada palavra seja feita de forma subjetiva, mas no contexto se torna objetivo auxiliando o credor na hora de fornecer o crédito, se trata de uma pré-análise do cliente para verificar sua capacidade de pagamento, porém não pode ser feita de forma isolada; se trata de uma ferramenta que tem que ser trabalhada em conjunto com outras informações contábeis.

#### Caráter

Segundo Silva (2002, p.02), O caráter do tomador indica uma característica essencialmente subjetiva que trata da vontade do tomador do empréstimo de pagar suas contas, referindo-se à sua índole, ética e senso moral.

É o estudo mais subjetivo dos c's do crédito, é nesse momento em que irá ser verificada a vontade de pagamento do cliente, muitas vezes se caracteriza pelo pagamento em dia dos débitos, porém a falta disso não implica dizer que se trata de uma pessoa sem caráter, nesse contexto faz-se necessário o estudo dos fatores externos que o levou ao não pagamento de suas dívidas, pode ter sido por desemprego, doença, acidentes, entre outros motivos. A honestidade e a honradez serão observados e avaliados nesse tópico.

## Capacidade

Guimarães (2002, p. 26), mostra que a capacidade reflete a eficácia e eficiência de gestão dos administradores e o próprio grau de especialização da produção e comercialização da empresa. A capacidade de se honrar o pagamento de um determinado empréstimo pode ser analisada sob vários aspectos de forma a se mensurar as habilidades do devedor de pagar suas dívidas no âmbito interno de suas atividades.

Representa o potencial financeiro para honrar seus compromissos, essa avaliação pode ser feita através da renda, no caso de pessoa física, e no caso de pessoa jurídica pode ser verificado através de visitas “*in loco*”, onde será verificada a organização do negócio, tempo de atividade a capacidade dos administradores da empresa e também através dos índices de liquidez e de endividamento.

## Condições

Alguns dos aspectos a serem verificados nesse contexto é a aceitação dos produtos no mercado, o ambiente em que a empresa está inserida, seu relacionamento social e comercial, ou seja, está ligado aos fatores externos à empresa que podem afetar de alguma forma o desempenho nos negócios.

Segundo Silva (2002, p.21), relata que outro fator que pode ser importante é a sazonalidade do produto, uma vez que existem produtos que apenas são consumidos em uma determinada época do ano como é o caso, por exemplo, do sorvete.

## Capital

Segundo Guimarães (2002, p. 27), o “C” do capital, no âmbito da análise de crédito, procura identificar se o tomador de crédito, pela quantidade e forma de aplicação dos recursos na empresa, tem condições financeiras de saldar seus empréstimos no prazo combinado.

Se trata do estudo do patrimônio da empresa, é a situação econômico-financeira da empresa, pode ser avaliada através de alguns demonstrativos contábeis como: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Fluxo de Caixa, relação

de faturamento, para pessoas jurídicas, e no caso de pessoas físicas o imposto de renda em fundamental importância.

### Colateral

Segundo Guimarães (2002, p. 27), Colateral significa garantia. Com a finalidade de averiguar a capacidade do cliente em oferecer garantias colaterais, espécie de segurança adicional necessária à concessão do crédito que atenua o risco da operação.

Verifica-se a capacidade do tomador em oferecer garantias para honrar seus débitos, é uma espécie de segurança adicional necessária à concessão do crédito. As garantias podem ser reais, garantia sobre bens móveis ou imóveis, hipotecas, ações, entre outras; ou pessoais, que é o caso de avalista, carta de fiança ou carta de crédito.

### Conglomerado

Segundo Blatt (1999, p.48), o conglomerado refere-se à análise financeira de controladas, controladoras, coligadas e interligadas, para que possa fazer uma análise mais apurada com relação ao pleiteante do crédito. A empresa deve ser analisada no âmbito do grupo de empresas que a contenha.

No caso de pessoas físicas, o conglomerado inclui uma análise de crédito do grupo familiar, considerando-se o cônjuge e demais familiares dependentes ou não.

Analisa não só a empresa, mas todo o conglomerado de empresas, ou grupo econômico em que ela faz parte, como exemplo: controladas, controladoras, coligadas, entre outras.

# Capítulo 4

## ANÁLISE DOS DADOS

---



## 4 ANÁLISE DOS DADOS

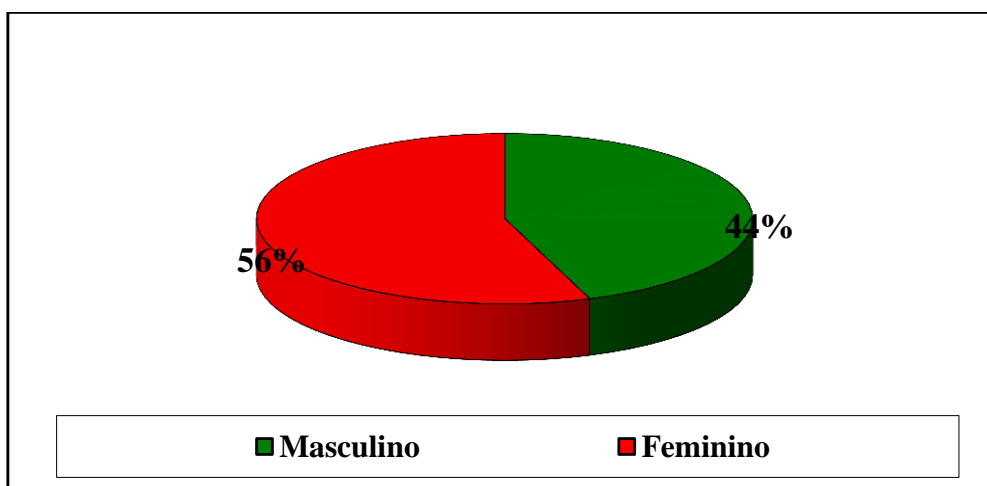
---

Foi realizado um estudo de campo na Cooperativa de Livre Admissão de Associados de Campina Grande – Unicred Centro Paraibana, localizada na cidade de Campina Grande-PB. A Cooperativa possui 49 funcionários, a amostra foi formada por um questionário contendo 18 perguntas relacionadas ao tema supracitado, sendo que foram distribuídos um total de 30 questionários, dos questionários distribuídos apenas 21 foram respondidos, os demais funcionários alegaram encontrarem-se sobrecarregados.

Segue análise e discussão dos dados pesquisados, a fim de demonstrar e justificar melhor os dados coletados pertinentes à efetivação de todas as questões, no que se refere à Utilização das Demonstrações contábeis para a concessão de crédito.

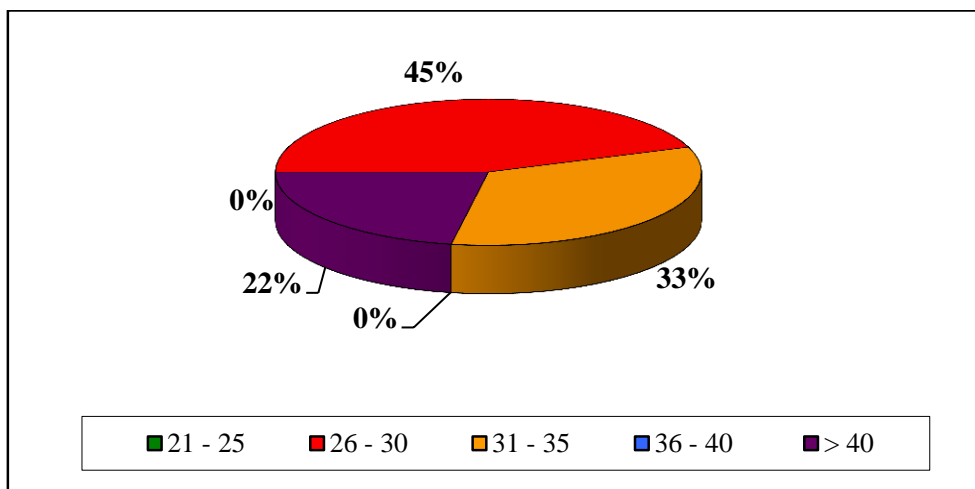
### BLOCO A

**Gráfico 01 - Sexo.**



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

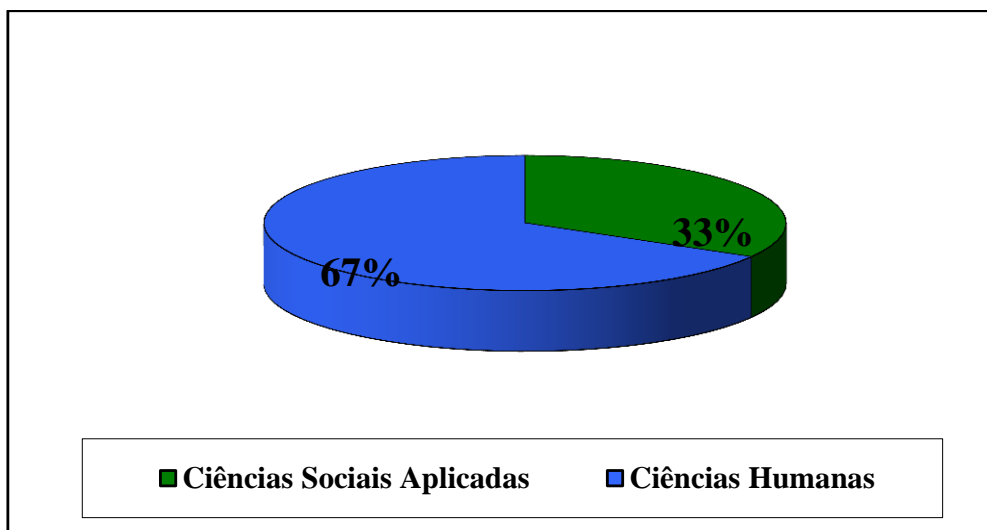
A pesquisa demonstrou que a grande maioria dos profissionais da Cooperativa Unicred - Centro Paraibano é do sexo feminino, do total de entrevistados 56% são mulheres, enquanto que 44% dos entrevistados são homens, como expressa o gráfico 02.

**Gráfico 02 - Faixa Etária.**

**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

A pesquisa demonstrou que 78% dos entrevistados têm até 35 anos de idade, revelando um percentual considerável, que indica que a Cooperativa existe um quadro funcional jovem.

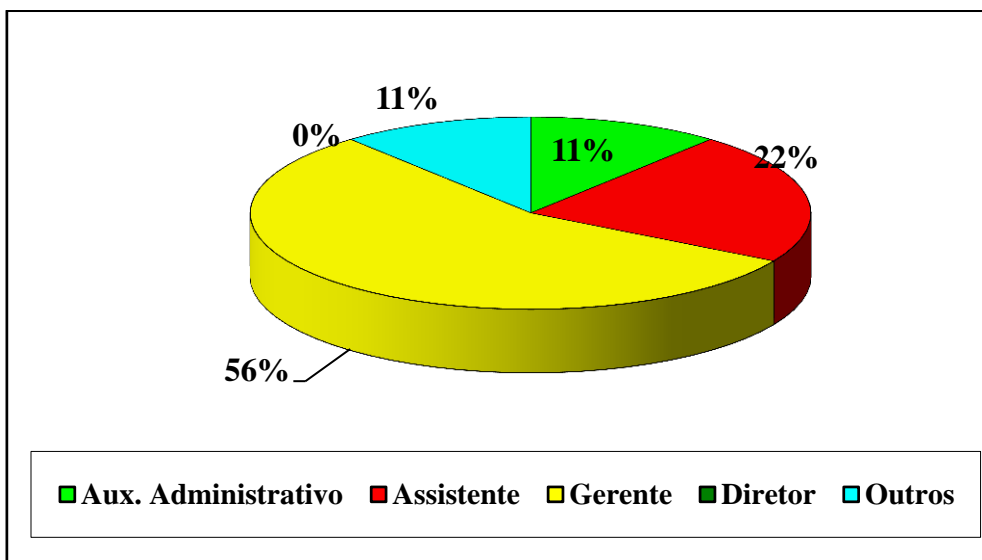
A pesquisa ainda revelou que 22% dos entrevistados têm idade acima dos 35 anos, conforme exposto no gráfico acima.

**Gráfico 03 – Área de Formação.**

**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

No que se refere à área de formação a pesquisa revelou que a totalidade dos entrevistados têm formação nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, representando respectivamente 33% e 67% dos questionários respondidos, mostrando que maior parte dos entrevistados não tem formação na área de atuação da Cooperativa.

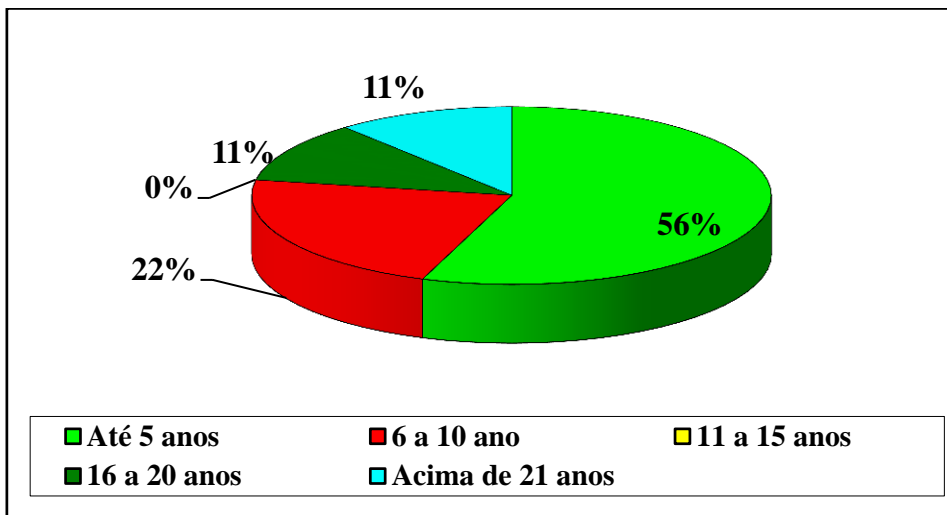
**Gráfico 04** – Qual é o seu cargo nesta cooperativa?



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

Com relação aos cargos que ocupam na Cooperativa, a pesquisa evidenciou que a maior parte dos entrevistados exercem o cargo de Gerente, representando 56%, seguidos de Assistente, e os cargos de auxiliar administrativo e outros cargos, ambos correspondem a 11% dos entrevistados, não houve nenhuma resposta a nível de diretoria.

**Gráfico 05** – Há quanto tempo atua neste cargo juntando com empregos anteriores?

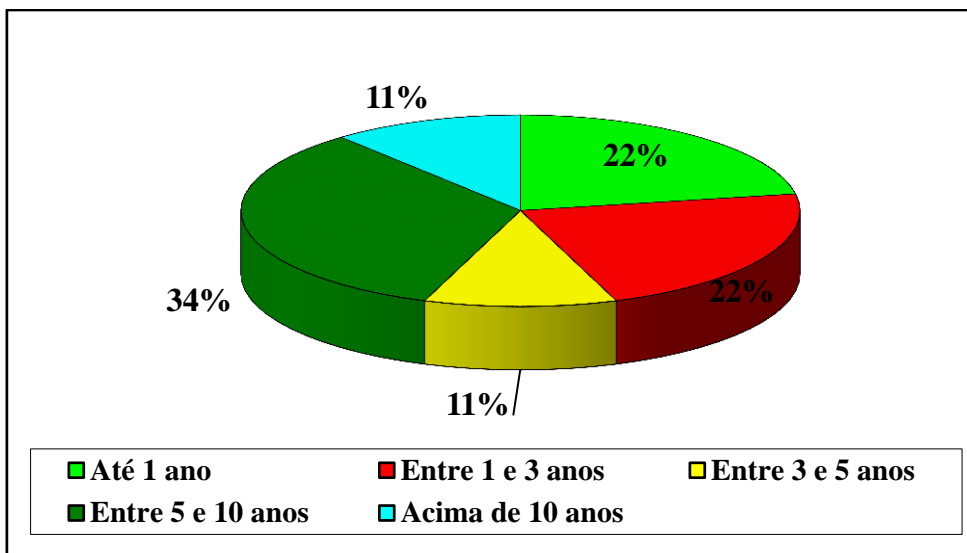


**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

Com relação ao tempo de atuação profissional no respectivo cargo e levando-se em consideração os empregos anteriores, a pesquisa mostrou que a grande maioria dos profissionais que atuam na Cooperativa Uniced- Centro Paraibana têm até 5 anos de atuação no respectivo cargo, representando 56% dos entrevistados.

A pesquisa revelou ainda que 22% dos entrevistados já atuam no mercado há quase 10 anos e que as faixas de 16-20 anos e acima de 21 anos representam cada uma 11% dos entrevistados, não houve respostas de funcionários com 11 e 15 anos de tempo no cargo.

**Gráfico 06** – Há quanto tempo atua na Cooperativa?

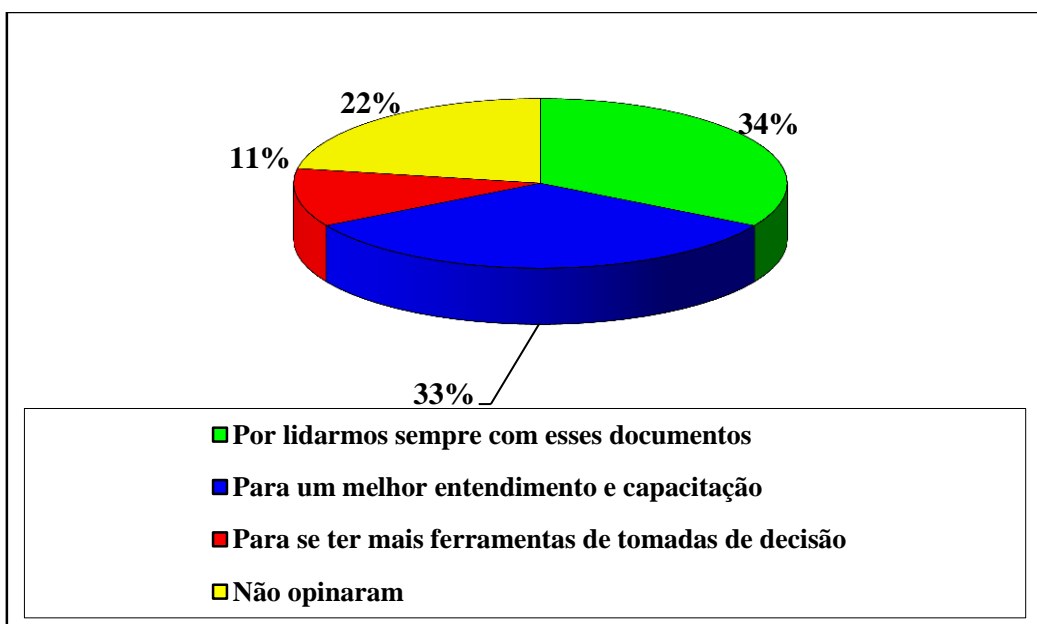


Fonte: Estudo de Caso, 2014.

Questionados sobre há tempo atuam na Cooperativa a pesquisa evidenciou que grande parte dos entrevistados, representando 34% dos entrevistados, já têm mais de 5 anos de empresa, revelando que devido ao tempo já conhecem à fundo a rotina e funcionamento da Cooperativa. Por outro lado se juntarmos as faixas até 1 ano e 3 anos, veremos que representam 44% dos entrevistados e que apenas 11% têm mais de 10 anos de atuação na Cooperativa.

## BLOCO B

**Gráfico 07** – Acredita ser importante a um atendente bancário ter noções de contabilidade?

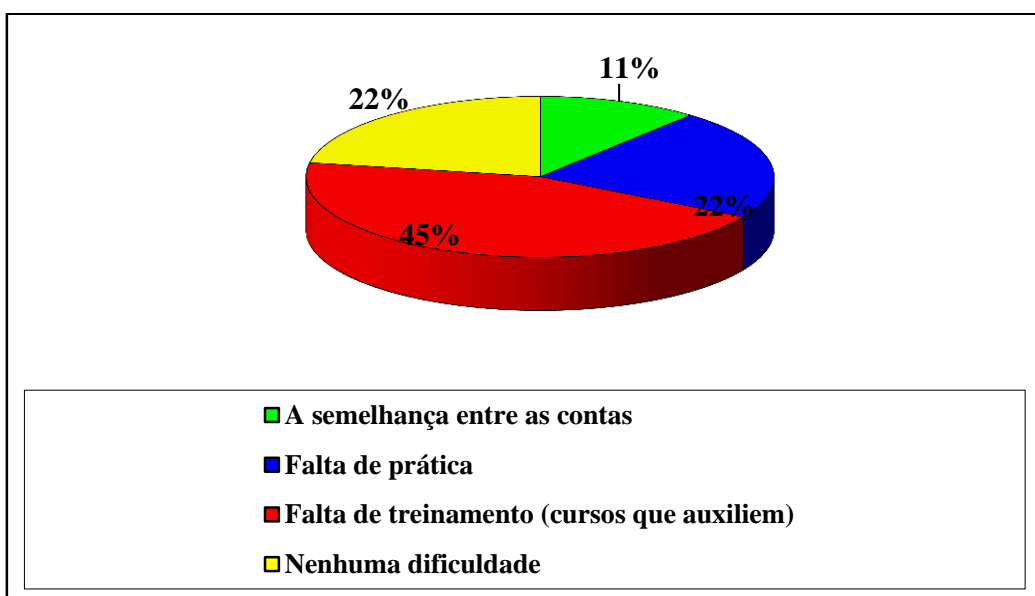


**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

Questionados sobre a importância de um atendente bancário ter noções de contabilidade, todos responderam que acham de suma importância um atendente bancário ter noções de contabilidade.

Questionados a justificar o porquê da resposta, constatou-se que 34% dos entrevistados acreditam ser importante devido os mesmos lidarem sempre com esses documentos, 33% acreditam que proporciona um melhor entendimento e capacitação, 11% expressaram que auxiliam na tomada de decisões e 22% não justificam suas respostas.

**Gráfico 08:** Qual a dificuldade em diferenciar contas patrimoniais das de resultados?



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

Com relação ao questionamento se os entrevistados ao se depararem com um balanço patrimonial e uma demonstração de resultados sentiriam alguma dificuldade em identificar e separar as contas de resultado das patrimoniais pode-se constatar que: A maioria dos entrevistados, o que representa 45%, responderam que a principal dificuldade se dá devido a falta de treinamento através de cursos que lhes forneçam um melhor conhecimento de tais contas, 22% responderam que a principal dificuldade é a falta de prática, 11% a semelhança entre as contas e 22% informaram não terem nenhuma dificuldade na diferenciação das contas.

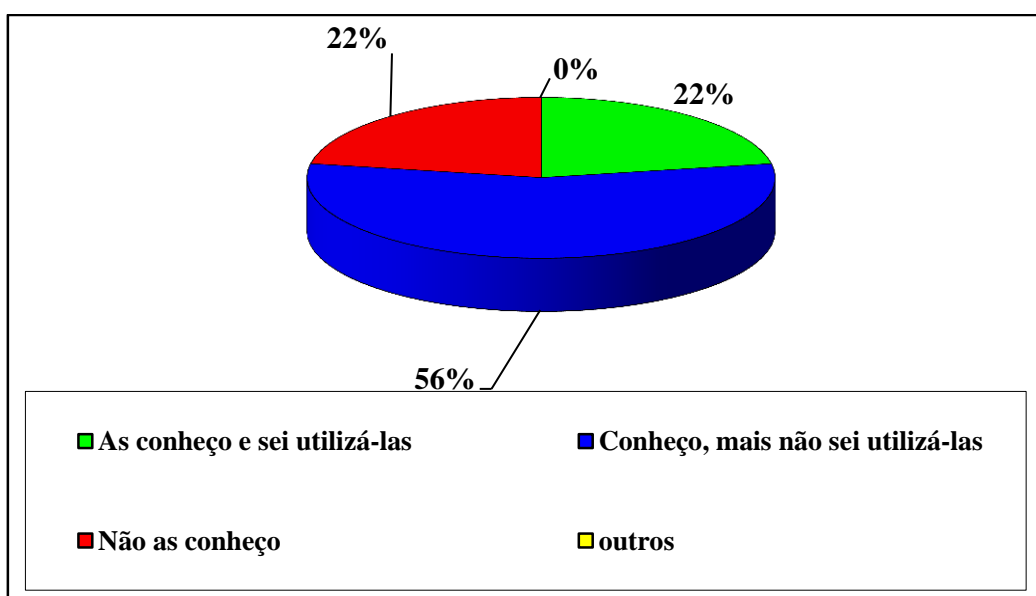
**Tabela 01** – Nível de conhecimento das Demonstrações Contábeis

	BP	DRE	DMPL	DFC
Nada	0%	0%	45%	10%
Pouco	45%	45%	0%	45%
Razoável	33%	33%	45%	45%
Considerável	11%	11%	10%	0%

**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

A tabela busca identificar o nível de conhecimento dos entrevistados em relação às demonstrações contábeis, analisando os dados expressos na tabela verifica-se que a maior parte revela ter pouco conhecimento, principalmente quando se trata da DMPL onde 45% expressou total desconhecimento em relação a essa demonstração.

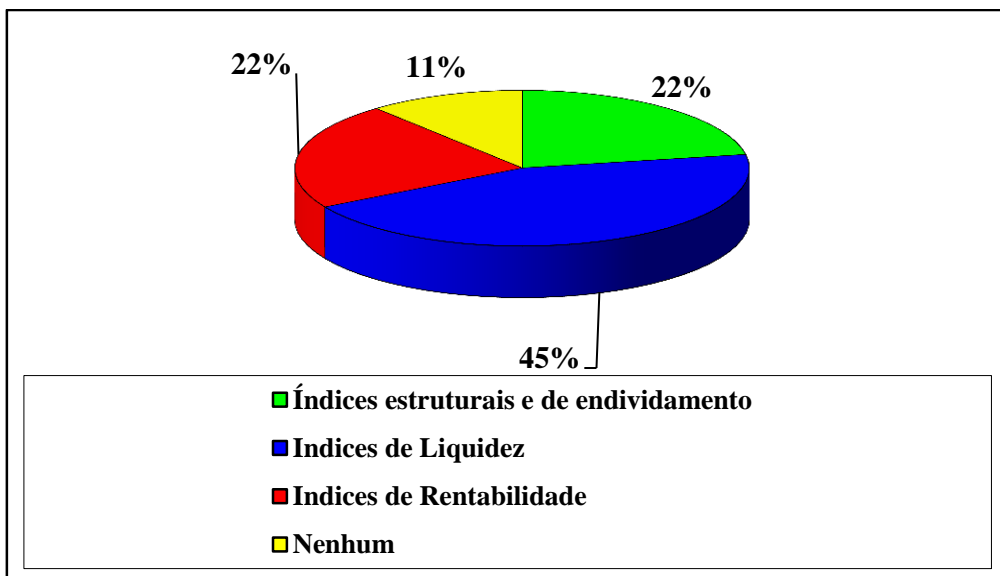
**Gráfico 09:** Em relação às análises horizontais e verticais, você as conhece e utiliza-as?



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

Com relação ao nível de conhecimento e utilização das análises horizontais e verticais como ferramentas gerenciais, a grande maioria, representado por 56% dos entrevistados, revelou conhecê-las, mas, não sabem utilizá-las. O gráfico acima ainda revela que 22% nem sequer conhecem tais análises e apenas outros 22% as conhecem e fazem utilização como ferramenta de gestão.

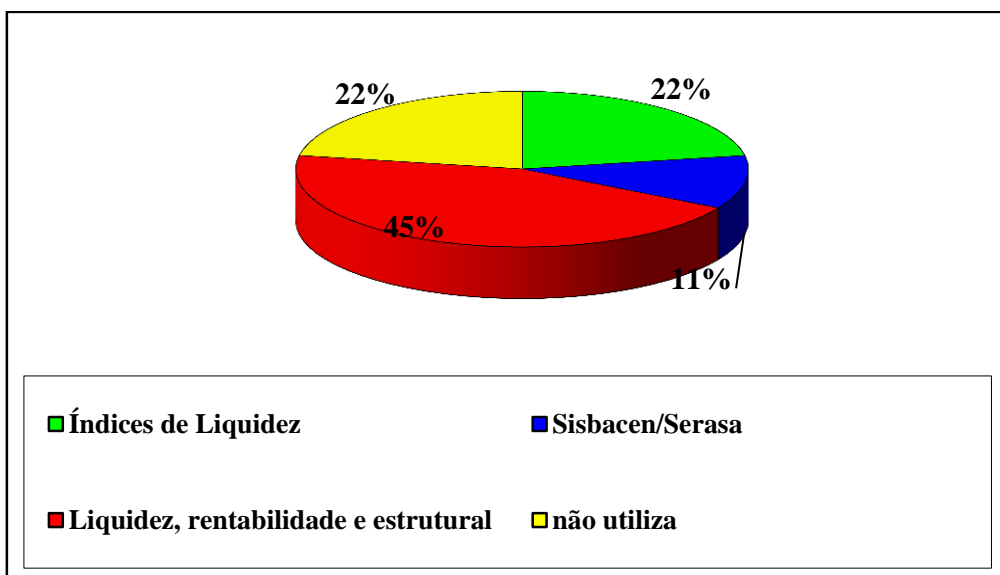
**Gráfico 10** – Qual o nível de conhecimento dos indicadores de análise gerencial?



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

A pesquisa procurou também identificar qual o nível de conhecimento dos entrevistados em relação aos indicadores de análise gerencial da situação financeira de uma empresa, constatou-se que apenas 11% não conhecem os indicadores apontados e que o índice mais conhecido é o de liquidez com 45%, seguido dos índices estruturais e de endividamento e índices de rentabilidade, ambos com 22%.

**Gráfico 11** – Quais índices você utiliza ao conceder um empréstimo/financiamento?



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

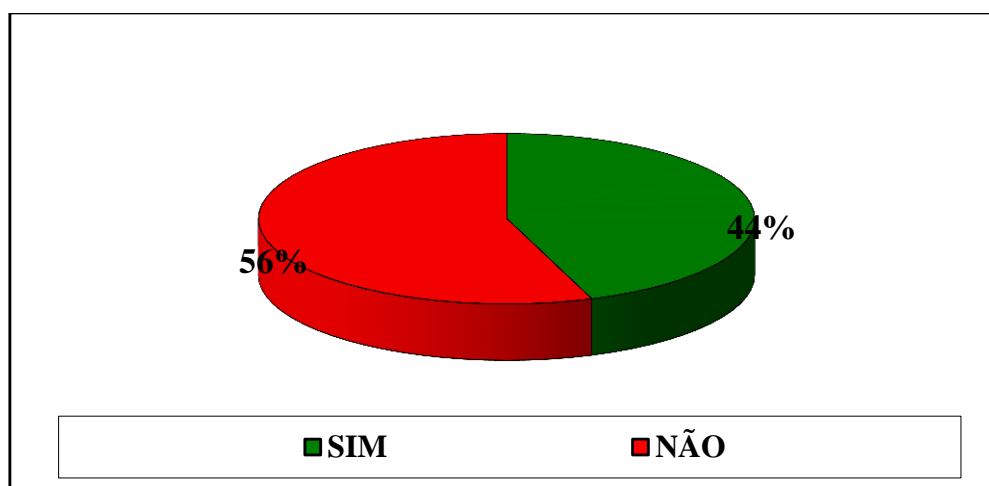
A pesquisa procurou também identificar quais índices são utilizados ao conceder um empréstimo/ financiamento onde constatou-se que 45% se utilizam dos índices de liquidez, rentabilidade e estrutural, 11% revelou utilizar o Sisbacen / Serasa e



22% não utiliza qualquer um desses índice na hora de conceder um empréstimo e ainda 22% revelou utilizar apenas o de liquidez.

No questionário o quesito 07 do Bloco B, procurou-se saber se os entrevistados fazem uso de algum índice padrão onde 56% revelaram não fazer uso de nenhum índice padrão e dos 44% que responderam sim, informaram que negam a concessão do crédito quando da análise se verificar um risco para a instituição.

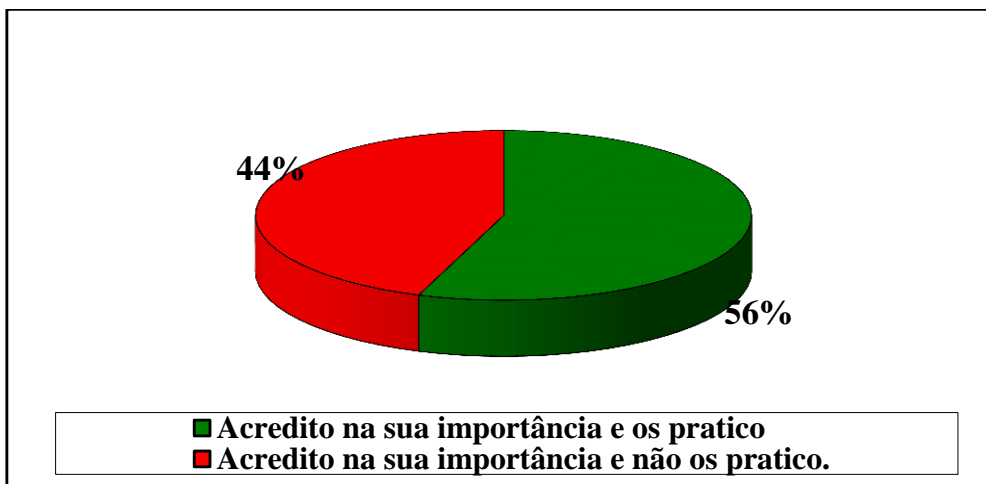
**Gráfico 12** – Você diferenciar Aval de Fiança?



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

A pesquisa procurou também identificar entre as garantias pessoais existentes aval e fiança, qual a diferença entre as duas, onde 56% responderam não saber qual a diferença entre elas, e dos 44% que responderam conhecer a diferença entre elas, 25% não descreveram a diferença, enquanto que 50% dos que responderam sim relataram que no aval tanto o devedor como o avalista são responsáveis e na fiança, só aciona o fiador, se o devedor não pagar. Os demais 25% responderam que o aval é utilizado para garantir contratos de empréstimo e a fiança para contratos em geral.

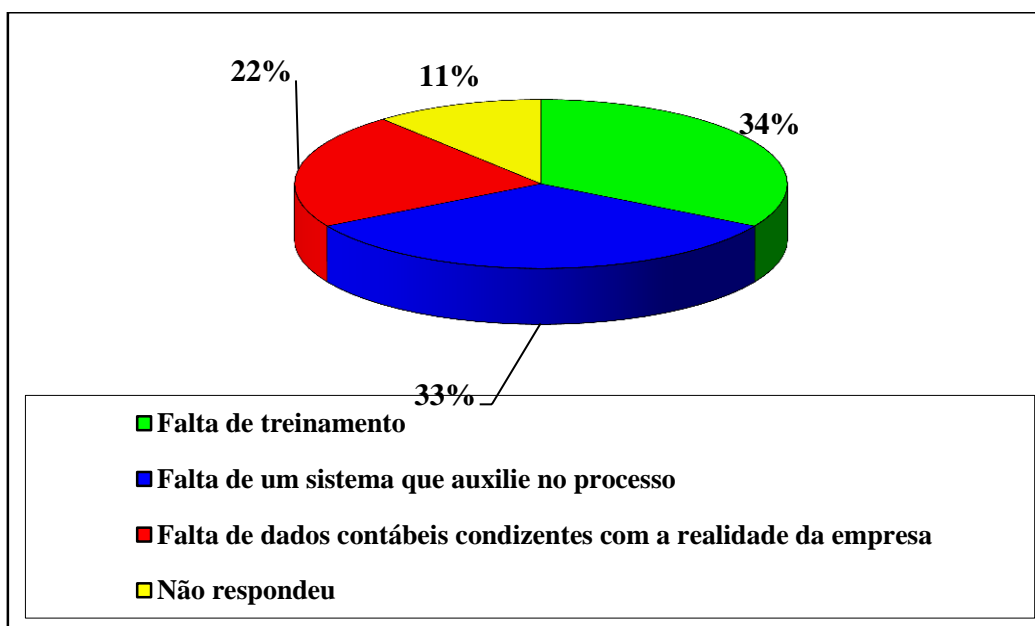
**Gráfico 13** – Você acredita que os C's do crédito se tratam de uma excelente ferramenta e os pratica?



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

Com relação aos C's do crédito: Caráter, capacidade, condições, capital, colateral e conglomerado, se os entrevistados acreditavam se tratar de uma excelente ferramenta e os pratica, 56% revelaram acreditar na sua importância e acima de tudo os pratica e os outros 44% revelaram também acreditar, no entanto, ainda não começaram a por em prática.

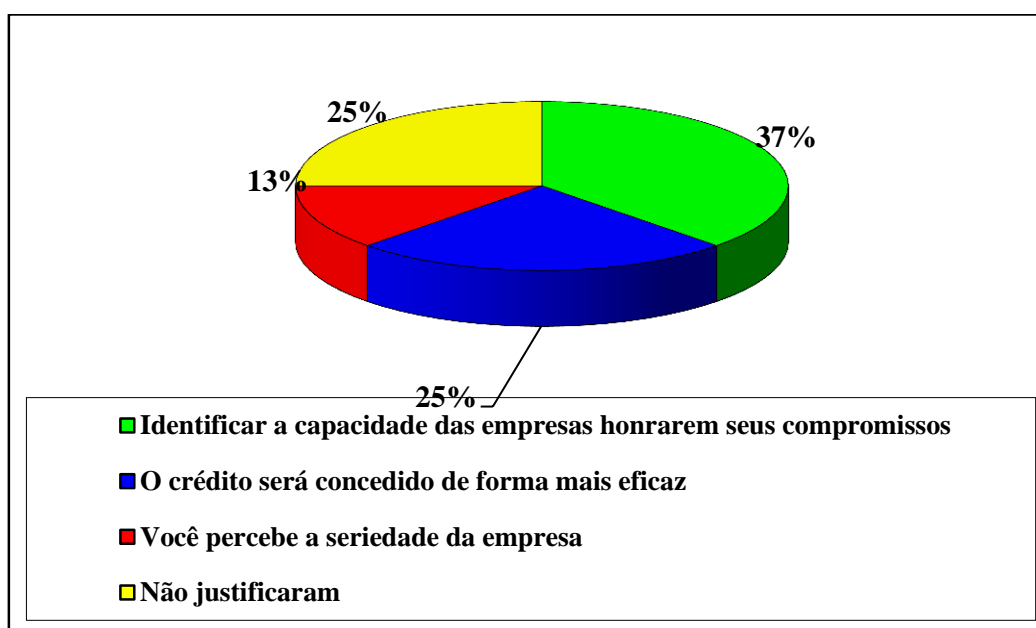
**Gráfico 14:** Qual a principal dificuldade encontrada na concessão do crédito a uma PJ, tomando por base os elementos contábeis já abordados.



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

Com relação ao questionamento sobre qual a principal dificuldade encontrada na concessão do crédito a uma PJ, tomando por base os elementos contábeis já abordados, o gráfico 14 revela que: 34% acham que a maior dificuldade encontrada é a falta de qualificação através de treinamentos, 33% acreditam que a falta de um sistema que auxilie no processo de concessão aumentam as dificuldades, outros 24% responderam que a falta de dados contábeis condizentes com a realidade da empresa dificultam na hora de conceder o crédito e 11% não responderam.

**Gráfico 15:** Você acredita que as ferramentas contábeis quando bem utilizadas podem reduzir riscos da concessão e assim diminuir possíveis perdas?

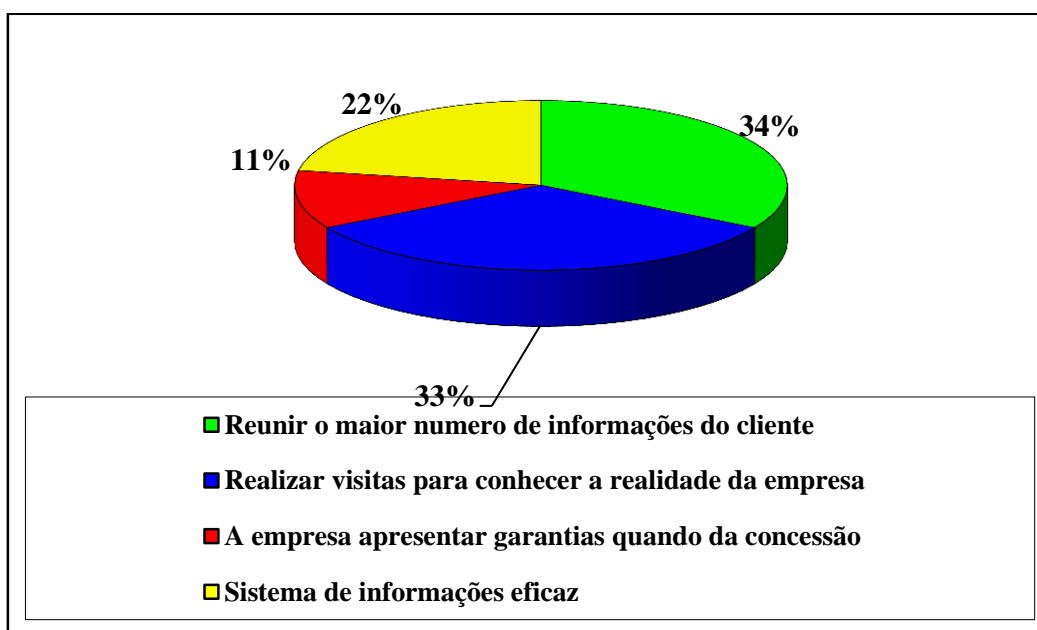


**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

A pesquisa procurou também saber em relação a concessão do crédito, se os entrevistados acreditam que as ferramentas contábeis quando bem utilizadas podem reduzir riscos da concessão e assim diminuir possíveis perdas, 89% revelaram acreditar que as ferramentas contábeis auxiliam na concessão do crédito, entre as justificativas estão: 37% relataram que com a utilização das ferramentas contábeis é possível identificar a capacidade da empresas honrarem seus compromissos, já 25% revelaram

que o crédito será concedido de forma mais eficaz, assim igualmente aqueles que responderam que com isso consegue-se perceber a seriedade da empresa, 13% dos entrevistados não justificaram.

**Gráfico 16** – Que medidas a empresa deveria tomar para proteger-se de possíveis perdas ao conceder crédito a uma PJ?



**Fonte:** Estudo de Caso, 2014.

Por fim a pesquisa procurou saber dos entrevistados quais medidas a empresa deveria tomar para proteger-se de possíveis perdas ao conceder crédito a uma pessoa jurídica, em questão aberta 34% elencaram como medidas a reunião do maior número de informações do cliente, 33% acham que deveriam realizar visitas para conhecer a realidade da empresa, 22% acreditam que um sistema de informações eficaz seria uma medida que auxiliarem na diminuição das perdas e 11% elencou como medida a apresentação de garantias por parte do cliente.

## 4 CONCLUSÃO

---

Este estudo mostrou desde a evolução das Análises das Demonstrações Contábeis ao longo dos anos, bem como sua importância e suas formas mais utilizadas de aplicação. Foi identificado que existem diversos mecanismos contábeis de análise que auxiliam não apenas as tomadas de decisões gerenciais, mas revela uma visão ampla da situação econômico-financeira da empresa.

Foram abordadas as diversas formas de garantias que as Instituições Financeiras se utilizam para reaverem o valor por elas emprestado. O conceito de crédito também foi abordado e as formas subjetivas de como conhecer seu cliente através dos C's do Crédito.

O Presente trabalho foi desenvolvido a fim de esclarecer e se possível melhorar as técnicas aplicadas na Unicred Centro Paraibana na concessão do crédito, uma vez verificada *in loco* que havia dificuldade na realização dos mesmos e com isso reduzir os índices de inadimplência da Instituição.

Na pesquisa em campo realizada na Instituição pode-se verificar que há dificuldades na aplicação de uma boa análise das Demonstrações Contábeis, seja por falta de treinamento, prática ou o sistema que os auxiliem, embora a maioria reconheça que essa análise se faz necessária não somente para a saúde financeira da Instituição, mas das empresas que por ela fazem parte.

Este trabalho poderá servir de embasamento para futuras pesquisas que visem entender melhor como as Instituições Financeiras analisam os seus clientes antes de conceder qualquer tipo de crédito, procurando melhores soluções para resolver tais problemas de forma que não prejudique o atendimento e que reduza consideravelmente os índices de inadimplência, auxiliando não só o crescimento da Instituição, mas a Economia das cidades em que se inserem.

## REFERÊNCIAS

ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Disponível em: <[www.abnt.org.br](http://www.abnt.org.br)>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de Balanços: comércio e serviços industriais, banco comerciais e múltiplos**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, análise e interpretação**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BEUREN, Ilse Maria et. al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BLATT, Adriano. **Análise de Balanços: Estruturação e Avaliação das Demonstrações Financeiras e Contábeis**. São Paulo: Makron Books, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

**COSIF Eletrônico**. Disponível em: <[www.cosif.gov.br](http://www.cosif.gov.br)> Acesso em 10 de setembro de 2011.

FRANCO, Hilário. **Estrutura. Análise e Interpretação de Balanços**. São Paulo: Atlas, 1992.

GUIMARAES, J. B. **Financiamento de Micro e Pequenas Empresas em uma Instituição Pública de Crédito**. PUC/MG, Minas Gerais, 2002.

IUDÍCIBUS, Sergio de & MARION, José Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços: Análise de liquidez e do endividamento, análise de giro, rentabilidade e alavancagem financeira**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Instrução CVM N. 59, de 22 de dezembro de 1986, disponível em <[www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?tipo=jfile=/inst059.htm](http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?tipo=jfile=/inst059.htm)>. Acesso 15 janeiro de 2013.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. São Paulo: Atlas, 1995.

MORANTE, Antonio Salvador. **Análise das Demonstrações Financeiras: aspectos contábeis da demonstração de resultados e do balanço patrimonial**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Silvério das. & VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada: e Análise das Demonstrações Financeiras**. 12 ed. São Paulo: Frase, 2003.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Introdução à Administração Financeira**. São Paulo: IOB Thompson, 1996.

REGIS, Tiago Cavalcante. **RISCO DE CRÉDITO: critérios para análise, mensuração e contabilização em Instituições Financeiras nacionais, em comparação com práticas norte-americanas**. Paraíba: UEPB, 2007.

SILVA, J. A. **Análise do Estabelecimento de Limite de Crédito: Um estudo de caso**. Universidade Estadual de Taubaté, São Paulo, 2002.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHRICKEL, W. Kurt. **Análise de Crédito: concessão e gerência de empréstimos**. São Paulo: Atlas, 2000.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Manual de Finanças para Cooperativas e demais sociedades**. Porto Alegre. Doravante, 2010.

# ANEXOS





## ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL

<b>Balanço Patrimonial</b>	
<b>1 Ativo</b>	<b>2 Passivo</b>
1.1 Ativo Circulante	2.1 Passivo Circulante
1.1.1 Disponibilidades	2.1.1 Obrigações com vencimentos no exercício seguinte
1.1.2 Créditos	
1.1.3 Estoques	
1.1.4 Despesas do Exercício Seguinte	
1.2 Ativo Não Circulante	2.2 Passivo Não Circulante
1.2.1 Créditos	2.2.1 Obrigações com prazo de vencimento maior
1.2.2 Adiantamentos ou empréstimos concedidos	
1.2.3 Investimentos	
1.2.4 Imobilizado	
1.2.5 Intangível	
	<b>3 Patrimônio Líquido</b>
	3.1 Capital Social
	3.2 Reservas de Capital
	3.3 Ajustes de avaliação Patrimonial
	3.4 Reservas de Lucro
	3.5 Ações em Tesouraria
Total do Ativo	Total do Passivo

No anexo 1 - Estrutura que a Lei 6.404/76 propõe, já com as alterações realizadas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

## ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

<b>Demonstração de Resultado do Exercício</b>
Receita Bruta de Vendas e Serviços
(-) Deduções das Vendas
(-) Abatimentos
(-) Impostos
(=) Receita Líquida de Vendas e Serviços
(-) Custo das mercadorias Vendidas (CMV)
(-) Custo dos Serviços Prestados (CSP)
(=) Lucro Bruto
(-) Despesas com Vendas
(-) Resultado Financeiro
(+) Receita Financeira
(-) Despesa Financeira
(-) Despesas Gerais
(-) Despesas Administrativas
(-) Outras Despesas Operacionais
(=) Lucro ou Prejuízo Operacional
(+) Outras Receitas
(-) Outras Despesas
(=) Resultado do Exercício antes do IR e CSLL
(-) Provisão IR
(-) Provisão CSLL
(-) Dividendos
(=) Lucro ou Prejuízo do Exercício
% Montante por ação do Capital Social

No anexo II – Estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que a Lei 6.404/76 com as alterações devidas.

## ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Realizado Atualizado	Reservas de Capital			Reservas de Reavaliação		Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
		Ágio na Subscrição	Ações em Tesouraria	Subs. para Investimento	Ativos Próprios	Ativos de Controladas			
Saldo x1	xxx	xxx		xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Ajustes de Exercício Anteriores								xxx (xxx)	xxx (xxx)
Aumento de Capital AGE	xxx			(xxx)					xxx
Aquisição ações próprias com reserva de ágio na subscrição			(xxx)						(xxx)
Subvenções – Incentivo Fiscal IR				xxx					xxx
Reversão e Transferências de reservas					(xxx)	(xxx)	(xxx)	xxx	-
Atualização Monetária	xxx	xxx	(xxx)	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Lucro Líquido do Exercício								xxx	xxx
Destinação do LL -Reservas -Dividendos							xxx	(xxx) (xxx)	- (xxx)
Saldo em X2	xxx	xxx	(xxx)	xxx	xxx	-	xxx	xxx	xxx

	Reservas de Lucros				
	Legal	Estatutária	Lucros a Realizar	Retenção para Expansão	Soma
Saldo em x1	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Reversão para Lucros Acumulados			(xxx)		(xxx)
Atualização Monetária	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Destinação de Parte de Lucro Líquido	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Saldo em x2	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

O anexo III - Encontra-se a estrutura sugerida para a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido estruturada conforme Instrução da CVM nº 59/86 com algumas alterações abordadas na Lei 6.404/76.

## ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>			
Exercício Findo em 31 de dezembro de x1			
<b>Método Direto</b>		<b>Método Indireto</b>	
Fluxos de Caixa oriundos de:		Fluxo de Caixa das AO	
	AO	Resultado do Exercício/período	
-Valores recebidos de clientes	x	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas AO	AO
-Valores pagos a fornecedores e empregados	(x)	<b>-Depreciação e amortização</b>	x
-IR e CS pagos	(x)	<b>-Resultado na venda de ativos permanentes</b>	x
-Pagamentos de Contingências	(x)	<b>-Equivalência Patrimonial</b>	(x)
-Recebimentos por reembolso de seguros	x	-Recebimento de Lucros e dividendos de subsidiárias	x
-Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	x	<b>Variação nos Ativos e Passivos</b>	
-Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	x	-Variações em contas a receber	x
		-Variação nos Estoques	x
		-Variação em Fornecedores	x
=Disponibilidades Líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	x	-Variação em contas a pagar e provisões	x
		-Variação no IR e CS	x
		= Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	x
	AI		
-Compras de imobilizado	(x)	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	AI
-Aquisição de Ações/cotas	(x)	-Compras de Imobilizado	(x)
-Recebimento por vendas de Ativos permanentes	x	-Aquisição de ações/cotas	(x)
-Juros recebidos de contratos mútuos	x	-Recebimentos por vendas de ativos permanentes	x
= Disponibilidades Líquidas geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimento	x	= Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de Investimento	x
	AF		
-Integralização de Capital	x	Fluxo de Caixa das atividades de financiamento	AF
-Pagamento de lucros e dividendos	(x)	-Integralização do Capital	x
-Juros recebidos de empréstimos	x	- Pagamento de lucros dividendos	(x)
-Juros Pagos por empréstimos	(x)	-Empréstimos Tomados	x
Empréstimos tomados	x	-Pagamentos de empréstimos tomados	(x)
-Pagamento de empréstimos / debêntures	(x)	-Juros recebidos de empréstimos	x
=Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas nas) atividades de financiamento	x	-Juros pagos por empréstimos	(x)
		= Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamento	x
Aumento (redução) nas disponibilidades	x	Aumento (redução) nas disponibilidades	x
Disponibilidades- início no período	x	Disponibilidades- início no período	x
Disponibilidades-final do período	x	Disponibilidades-final do período	x

Onde:

AO = Atividades Operacionais

AI = Atividades de Investimento

AF = Atividades de Financiamento

De acordo com as Normas e Procedimentos de Contabilidade – NPC 20, o anexo IV mostra o modelos proposto para a Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes (Ibracon).

## **ANEXO IV – QUESTIONÁRIO APLICADO**

---



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

**PESQUISA SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS DESMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA A  
CONCESSÃO DE CRÉDITO**

### **QUESTIONÁRIO**

RESPONDENTE:

\_\_\_\_\_

COOPERATIVA: COOPERATIVA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE CAMPINA  
GRANDE – UNICRED CENTRO PARAIBANA    AGÊNCIA: \_\_\_\_\_

**BLOCO A**  
**Referente às informações sobre o respondente e a Cooperativa de Crédito onde atua.**

1. Seu Gênero:

A)  Masculino

B)  Feminino

2. Faixa Etária

Entre 21 e 25 anos

Entre 36 e 40 anos

Entre 26 e 30 anos

Acima de 41 anos

Entre 31 e 35 anos

3. Área de Formação?

Ciências Jurídicas

Ciências Sociais Aplicadas

Ciências da Saúde

Ciências Humanas

Ciências Exatas

4. Qual é o seu cargo nesta cooperativa?

Auxiliar Administrativo

Diretor

Assistente

Outros

Gerente

5. Há quanto tempo atua neste cargo (referente à questão 4) juntando com empregos anteriores?

Até 5 anos

Entre 16 a 20 anos

Entre 6 a 10 anos

Acima de 21 anos

Entre 11 a 15 anos

6. Há quanto tempo atua na Cooperativa?

Até 1 ano

Entre 5 e 10 anos

Entre 1 e 3 anos

Acima de 10 anos

Entre 3 e 5 anos

### BLOCO B

**Referente à percepção do respondente sobre as Demonstrações Contábeis e alguns tipos de análises por ela oferecidas**

1. Acredita ser importante a um atendente bancário ter noções de contabilidade?

A)  Sim

B)  Não

Justifique: \_\_\_\_\_

2. Ao se deparar com um Balanço Patrimonial (BP) e com Uma Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), qual a principal dificuldade encontrada na hora de identificar quais são as contas de Resultado e quais são as contas patrimoniais?

A)  A semelhança entre as contas

B)  Falta de Prática

C)  Falta de Treinamento (Cursos que auxiliem)

D)  Nenhuma dificuldade

3. Dentre as Demonstrações Contábeis abaixo, quais as que você conhece e sabe qual a sua finalidade?

A) Balanço Patrimonial

Nada

Pouco

Razoável

Considerável

B) Demonstração de Resultado do Exercício

Nada

Pouco

Razoável

Considerável

C) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Nada

Pouco

Razoável

Considerável

D) Demonstração do Fluxo de Caixa

( ) Nada      ( ) Pouco      ( ) Razoável      ( ) Considerável

4. As análises Horizontais e Verticais se mostram ser uma ferramenta de grande serventia gerencial, você as conhece e sabe utilizá-las?

- A) ( ) As conheço e sei utilizá-las  
 B) ( ) Conheço, mas não sei utilizá-las  
 C) ( ) Não as conheço

5. Para uma boa análise gerencial da situação financeira de uma empresa, alguns índices costumam ser utilizados. Quais desses indicadores você tem conhecimento?

- A) ( ) Índices Estruturais ou de Endividamento  
 B) ( ) Índices de Liquidez  
 C) ( ) Índices de Rentabilidade  
 D) ( ) Nenhum

6. Ao conceder um empréstimo / Financiamento é utilizado algum dos índices especificados na questão 5? Especifique.

---

7. Vocês utilizam algum indicador padrão? Se Sim, quando esse indicador mostra uma situação desfavorável qual o melhor procedimento a ser realizado?

---

8. Existem dois tipos de garantias Pessoais, Aval e Fiança, você sabe diferenciá-los?

- A) ( ) Sim  
 B) ( ) Não

Se SIM quais as principais diferenças: \_\_\_\_\_

9. Os C'S do crédito são de grande serventia para conhecer seu cliente – Caráter, Capacidade, Condições, Capital, Colateral e Conglomerado, você acredita se tratar de uma excelente ferramenta e os pratica?

- A) ( ) Acredito na sua importância, mas não os pratico  
 B) ( ) Acredito na importância e os pratico  
 C) ( ) Não acredito que seja essencial, mas os pratico por determinação da empresa  
 D) ( ) Não acredito que seja essencial nem os pratico

10. Qual a principal dificuldade encontrada na hora de conceder crédito a uma PJ, tomando como base os elementos contábeis aqui já abordados como, Índices, análises Horizontal e Vertical?

- A) ( ) Falta de treinamento  
 B) ( ) Falta de um sistema que auxilie nesse processo  
 C) ( ) Falta de Dados contábeis condizentes com a realidade da empresa (superfaturamento)  
 D) ( ) Falta de Interesse por parte do atendente

11. Você acredita que as ferramentas contábeis quando bem utilizadas podem reduzir o risco de crédito por parte das empresas, e com isso diminuir o provisionamento de possíveis perdas?

- A) ( ) Sim  
 B) ( ) Não

Justifique: \_\_\_\_\_

12. Que medidas você acha que a empresa deveria tomar para proteger-se de possíveis perdas ao conceder crédito a uma Pessoa Jurídica, e como os demais departamentos deveriam auxiliar antes de uma tomada de decisão gerencial ao realizar uma operação de crédito?

---



---



---



---